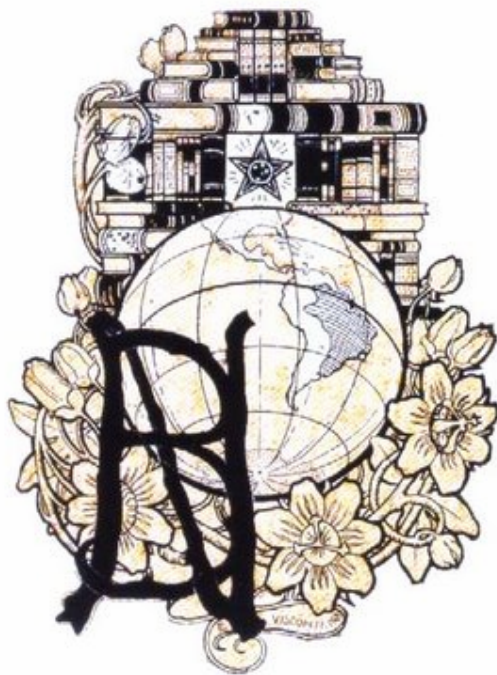


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2008

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Maria Cristina Cortez Wissenbach



*Entre caravanas de marfim, o comércio da urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams,
José Ribeiro dos Santos e os negócios da África centro-ocidental na década de 1840*

2008

Sumário

Apresentação	4
A obra e suas traduções	8
De Hamburgo a Benguela: a expedição mercantil e o conselheiro José Ribeiro dos Santos	12
“A ordem dos negreiros”: os mercadores de escravos no relato de Tams e nas relações com Ribeiro dos Santos	18
No reino africano de Ambriz: as dinâmicas de um porto livre e a continuidade dos negócios da firma Santos & Monteiro	29
Epílogo: José Ribeiro dos Santos e os desafios à Coroa	36
Anexo 1 Transcrição manuscrita do artigo extraído do <i>London Journal of Commerce</i>, de 7 de Agosto de 1841	38
Anexo 2 Os mercadores “Fonseca”: viagens identificadas entre 1837 – 1851	41

Ensaio sobre a obra *Visita às possessões portuguesas na costa occidental d’Africa*, por George Tams, doutor em medicina, com uma introdução e anotações, em dous volumes. Vertida do Inglez por M. G. C. L. Porto: Typographia da Revista, 1850. Exemplar sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Julho de 2009

Apresentação

Na obra *Visita às possessões portuguesas na costa ocidental d'África*, de 1850, o médico alemão Georg Tams relata as viagens que realizou às partes meridionais da África, entre os anos de 1841 e 1842, assistindo uma expedição comercial arquitetada por um negociante português estabelecido em Hamburgo. Animado pelo desejo de registrar as potencialidades do comércio africano e atento às dinâmicas do tráfico de escravos, Tams descreve pormenorizadamente a vida econômica e social de cidades como Benguela, Luanda e Novo Redondo e outros vilarejos luso-africanos, bem como territórios africanos fora do domínio português, como o reino de Ambriz. Segundo suas observações, a movimentação dos núcleos litorâneos animava-se a cada dia com a chegada de caravanas vindas do interior, carregadas de marfim, de cera e de urzela, mas também de escravos que entravam à noite em surdina, em razão das interdições que já se faziam sentir. Ao longo dos trajetos pela costa, entre Mossamedes e Ambriz, depara-se com situações características de um comércio considerado ilegal, marcado por uma dinâmica imposta pela presença do esquadrão marítimo britânico e pelas leis européias antitráfico. Descreve as hierarquias sociais comprometidas com estes negócios – dos grandes mercadores europeus, brasileiros e luso-africanos, às autoridades metropolitanas e aos fiscais alfandegários, chegando aos canoeiros africanos e demais trabalhadores dos portos; localiza agentes, feitorias de várias nacionalidades e barracões improvisados que se espalhavam por praias ermas e pequenos ancoradouros em zonas quase despovoadas, “essas bellas solidões” que, segundo Tams, só eram atravessadas quando os apanhadores de escravos as atingiam. (*Viagem às possessões portuguesas*, doravante *VPP*, volume I, p. 98).

Empreendimento cuja natureza não fica essencialmente clara e que teve como principal articulador o Cônsul Geral de Portugal nas cidades hanseáticas, José Ribeiro dos Santos, Tams acompanhava uma expedição comercial de “tão extraordinárias dimensões empreendida às custas de um só particular” (*VPP*, I, 43). Composta por seis navios fundeados nos portos do rio Elba – Hamburgo e Altona –, foi preparada ao longo dos anos de 1840 e 1841 e abundantemente provida de mercadorias adequadas às necessidades dos mercados africanos e ao gosto dos residentes europeus, seguindo as indicações de agentes do negociante na África, que, tempos antes, haviam verificado preferências, indagado maneiras de mercadejar e identificado possíveis parceiros. De outra parte, uma dose de sofisticação marcava o empreendimento: era servido não só por um profissional médico – o próprio Tams –, como por um secretário, versado em línguas que atendia diretamente as demandas do cônsul e por dois jovens naturalistas encarregados de realizar investigações de campo. Além disso, fazia parte dos navios provisões da melhor qualidade, um cozinheiro italiano, livros incorporados em

quantidade suficiente para montar uma pequena biblioteca de viagem e, entre os tripulantes, uma pequena banda de músicos e “um jovem italiano que tocava admiravelmente uma harmônica de vidro”. Por fim, adicionando um tom a mais à expedição, depois de cerca de seis meses de viagem e de negociações em diversos pontos da costa, em janeiro de 1842, esta foi abalada dramaticamente com a morte de seu chefe, em terras africanas e comunicada com pesar às autoridades metropolitanas. Além do cônsul geral, José Ribeiro dos Santos, os “ares corrompidos” da costa africana já haviam vitimado, anteriormente, três dos colaboradores europeus: os dois jovens botânicos, Mr. Wrede, de Hanover e Mr. Grossbenbner, de Hamburgo e o secretário particular do comendador.

Dispõe-se de poucas notícias sobre o autor da obra. Médico, estabelecido em Hamburgo–Altona, aparece nos inventários de tratados médicos como autor de uma tese defendida junto a um hospital de Kiel, norte da Alemanha, em 1838.¹ Beatrix Heintze, angolista do Frobenius Institut, menciona-o em trechos de seu estudo sobre os viajantes alemães que percorreram as regiões subsaarianas no século XIX e que produziram material etnográfico.² Fornece alguns dados biográficos, destaca o pioneirismo de sua viagem, ocorrida ainda na primeira metade do século e o fato de o autor compor o grupo mais amplo de médicos que se dirigiam à África a serviço das tripulações navais: entre outros, Adolph Bastian – o fundador da etnologia alemã; Brün, Büchner, Falkenstein, Wolf e o próprio Tams.³ Numa obra mais recente, ainda no prelo, Heintze dá ênfase ao cariz ideológico do relato, transcrevendo longas preleções do autor nas quais se evidencia sua sensibilidade diante da condição dos escravos e a firme posição abolicionista.⁴

Apesar das informações escassas sobre o autor, a menção à obra de Tams aparece de forma recorrente na produção historiográfica que tratou das realidades africanas em contato com o mundo atlântico, no século XIX. Partes do seu agudo e sensível relato, excertos e descrições foram usados como fonte histórica tanto nos estudos que procuraram reconstituir as sociedades da África centro-ocidental, quanto naqueles que

¹ TAMS, Georg. *Conspectus luxationum et fracturarum, quae a mense octobr. a. 1837 ad euden usque a. 1838 in nosocomio region Fredericiano Kiliensi tractatae sunt*. Dissertatio inauguralis: Kiliae, Mohr, 1839. Além deste, e possivelmente como resultado da viagem à Angola, seu nome aparece mencionado num arrolamento científico de autoria de DUNKER, Wilhelm B. R. H. *Index molluscorum quae in itinere ad Guineam inferiorem collegit Georgis Tams*. Cassel: T. Fisher, 1853.

² HEINTZE, Beatrix. *Ethnographic Appropriations: German Exploration and Fieldwork in West-Central Africa*. Lisboa, IICT, Série Separata, 2002, p. 5.

³ HEINTZE, Beatrix. *Ethnographic Appropriations*, op. cit. p. 24.

⁴ HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954). Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução Rita Coelho Brandes e Marina Santos. Original ainda no prelo, cujo acesso foi generosamente permitido pela autora, a quem agradeço.

focalizaram em particular os movimentos do tráfico de escravos, numa fase significativa de sua história. No primeiro grupo, situam-se os estudos que destacaram a fisionomia diversificada da sociedade da Angola portuguesa e a importância de uma classe de negociantes diretamente relacionada tanto ao tráfico de escravos, quanto aos novos projetos capazes de reanimar o comércio africano; entre outros autores, Mário António Fernandes de Oliveira, Anne Stamm e mais recentemente Joseph Miller, Jill Dias e Isabel de Castro Henriques.⁵ No segundo grupo, mencionam-se os que avaliaram as dinâmicas do comércio de escravos numa fase em que o ápice da exportação de cativos coincide com tentativas cada vez maiores de conter o movimento dos negreiros. Em foco os expressivos anos de 1840, caracterizados pela presença do esquadrão britânico vigiando os espaços atlânticos, da elaboração dos tratados e da implantação das comissões mistas luso-britânicas e dos tribunais de presas, de um lado, e de outro, pela convivência das autoridades portuguesas – metropolitanas e provinciais – comprometidas com a sobrevivência de um trato altamente lucrativo. Estudos pioneiros, tais como o de Mary Karash, Leslie Bethell, Luis Henrique Tavares, realizados à luz dos novos parâmetros da historiografia social,⁶ enriquecidos mais recentemente por uma ótica voltada à realidade histórica centro-africana: entre outros Roquinaldo Ferreira, Mariana Cândido e Ana Flávia Cicchelli Pires.⁷ Obras que confluem no acento dado às figuras históricas de alguns dos grandes negociantes de escravos e, na linha indicada por Pierre Verger, em seu trabalho de 1968, no destaque à astúcia, aos subterfúgios e às estratégias

⁵ OLIVEIRA, Mário Antonio Fernandes de. *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reforma (1834-1851)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1981, sobretudo o capítulo Sob o signo da mudança. STAMM, Anne. La société creole à Saint-Paulo de Loanda dans les années 1838-1848. *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*, LIX, 217, 1972, pp. 578-610; no parágrafo inicial de seu artigo é mencionado Tams: “No relato que um médico hamburguês fez de sua estadia em Angola encontra-se a melhor e a mais viva síntese daquilo que era a sociedade crioula de Luanda no momento em que se decidia a abolição da escravidão”, p. 578. Mais recentemente, o autor é também referência (entre outros) nos estudos de MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986. DIAS, Jill. Angola. In: DIAS, J. e ALEXADRE, Valentim. *O império africano, 1825-1890*. Volume X da *Nova História da Expansão Portuguesa* (direção J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Editorial Estampa, 1998; HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Tradução A. Margarido. Lisboa: IICT – ICP, 1997.

⁶ Situam-se aqui os trabalhos de KARASH, Mary. *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851*. Madison, 1976. Tese PhD - Universidade de Wisconsin; BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976; TAVARES, Luis Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

⁷ Utilizam o relato de Tams: FERREIRA, Roquinaldo Amaral. O significado e os métodos do tráfico ilegal de africanos na Costa Ocidental da África, 1830-1860. *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. 2, 1995. — *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de mestrado, UFRJ; Idem. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Los Angeles, 2003. Tese PhD, UCLA. CÂNDIDO, Mariana Pinho. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto, 2006. Tese PhD, York University. PIRES, Ana Flávia Cicchelli. *Tráfico ilegal de escravos: os caminhos que levam a Cabinda*. Niterói, 2006. Mestrado, UFF.

adotadas pelos negreiros da primeira metade do século XIX, essenciais à sobrevivência do tráfico.⁸

Nos inícios da década de 1840, o relato de Tams acompanha o exato roteiro da expedição comercial, descrevendo inicialmente os domínios portugueses na ilha da Madeira e no arquipélago de Cabo Verde e depois, na África centro-ocidental, as cidades luso-africanas de Benguela, Luanda e Mossamedes, as pequenas localidades de Novo Redondo, Inandanha, Quicombo, e o porto e reino africanos de Ambriz, onde se finda, de certa forma, a viagem de negócios. No percurso da volta, relata ainda aspectos da ilha de Ano Bom e de localidades dos Açores, chegando por fim a Altona, em 31 de maio de 1842.

Nas descrições contidas na obra, dois aspectos chamam a atenção: uma espécie de intimidade, embora mesclada com um tom de aguda crítica social, com os mais importantes comerciantes que atuavam na África centro-oeste, e uma freqüente coincidência entre suas descrições e os pontos de maior freqüência do tráfico de escravos desta época. Estas coincidências fizeram-me considerar a necessidade de uma compreensão mais geral do contexto no qual a narrativa estava inserida, direcionando a investigação para a explicitação das circunstâncias relativamente *sui generis* do empreendimento, relatadas em parte na introdução de Tams, e as inferências disso na produção da obra. (*VPP*, I, 37-46). Em especial, indagava desde o início da investigação, qual a razão, ou quais as motivações de uma expedição de tão grandes dimensões, promovida por uma firma comercial luso-hamburguesa, ou luso-dinamarquesa, de certo renome, partindo dos portos hanseáticos com seis navios repletos de mercadorias em direção aos mercados da África centro-ocidental?

A obra e suas traduções

A obra *Visita às possessões portuguesas* teve uma primeira edição na cidade de Hamburgo, no ano de 1845, três anos após o retorno do médico da costa da África.⁹

⁸ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*; particularmente o cap. XI intitulado “Astúcia e subterfúgios no tráfico clandestino de escravos, 1810-1851”. Tradução, Salvador: Currupio, 4ª ed. revisada, 2002. Sobre o assunto ver também: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2000; e também — *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiros de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005 (com prefácio de minha autoria). Segundo Roquinaldo Ferreira, a razão da permanência do tráfico a partir de 1830 até 1860 devia-se em grande parte às estratégias dos rápidos deslocamentos e das mudanças constantes. FERREIRA, Roquinaldo. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sobra. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1999, 148. No mesmo sentido, TAVARES, Luis Henrique Dias, *Comércio proibido de escravos*, op. cit., p. 64.

Feita em um único volume, sua estrutura era simples: constava, inicialmente, de uma apresentação realizada pelo conhecido geógrafo Carl Ritter, figura destacada da Sociedade de Geografia de Berlim e membro da sociedade congênere em Londres; uma introdução de Georg Tams, na qual ele discorria sobre os objetivos do livro e oferecia uma sinopse da expedição Ribeiro dos Santos; seguindo-se capítulos estruturados a partir de fases, locais e alguns temas da viagem, perfazendo ao final 235 páginas.¹⁰ O preâmbulo de Carl Ritter deve ser destacado uma vez que, junto a Alexander von Humboldt, foi um dos responsáveis pela introdução da geografia física e humana nas universidades européias e investigador que acompanhava atentamente as viagens realizadas à África.¹¹ No mesmo ano de 1845, a obra recebeu uma tradução inglesa e se transformou em dois volumes com a inclusão de vários adendos pelo tradutor, Hannibal Evans Lloyd.¹² Tendo como base esta versão aumentada foi traduzida para o português, sendo impressa na cidade do Porto, em 1850.¹³ Surge a partir das traduções uma outra obra, na qual permanece o conteúdo central de autoria de G. Tams, mas com apêndices e notas de rodapé acrescidas pelo tradutor e mantidos na edição portuguesa.

Além do interesse das informações de Tams para o reconhecimento da África, como destaca Carl Ritter, numa época em que os olhares europeus direcionavam-se cada vez

⁹ TAMS, Georg. *Die Portugiesischen Besitzungen in Süd-West-Afrika*. Ein Reisenbericht von G. Tams. Mit einen Vorworte von C. Ritter. Hambourg: Berlag von Robert Rittler, 1845, 245 pp.

¹⁰ Os capítulos são em número de seis: “A partida da Europa”, “Em direção à Santo Antão”, “Benguela”, “Deslocamento a Novo Redondo”, “Luanda de Angola”, “Ambriz” e “Annabom”; entre o que seria o quinto e o sexto capítulo, uma parte referente às riquezas naturais de Angola (colocado como item).

¹¹ “Preâmbulo do Professor Ritter”, *VPP*, p. 29-31. Ritter manteve uma relação muito próxima às viagens empreendidas ao Sudão, nos anos de 1850, por Heinrich Barth, seu ex-aluno que, mesmo financiado pelo governo britânico, contou com seu apoio. Sobre o tema: ESSNER, Cornélia. Some Aspects of German Travellers’ Accounts from the Second Half of the 19th Century. In: HEINTZE, B. e JONES, A (eds.). *European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse. Paideuma – Mitteilungen zur Kulturkunde*, 33, 1987, p. 197. Mais recentemente, o mesmo aspecto é salientado na coletânea sobre o viajante, H. Barth: DIAWARA, M.; FARIAS, P. F. M.; SPITTLER, G. *Heinrich Barth et l’Afrique*. Köln: Rüdiger Köppe Verlag Köln, 2006.

¹² TAMS, Georg. *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, by [...]. Tr. from the German, with an introduction and annotations by Hannibal Evans Lloyd and Carl Ritter. 2 vols, London: T. C. Newby, 1845. Ao final de cada um dos volumes, na versão inglesa, seguem-se anexos ou apêndices que procuram chamar a atenção sobre a riqueza das possessões portuguesas na África (a exploração do vinho de palma, a importância do anil), recuperar parte de sua história (Apêndices A e B, informações históricas de Benguela e dos Jagas), fornecer dados adicionais sobre os danos ocasionados pelo tráfico de escravos (Apêndice D, “Mortandade ocasionada pela detensão dos negros na costa do mar”); combater indiretamente a missionação católica (Apêndice G, a ineficácia da ação missionária de jesuítas); Ao final do segundo volume, foi acrescentada ainda uma descrição da Ilha do Príncipe, feita por um capitão da esquadra britânica, numa viagem de 1834.

¹³ TAMS, Georg. *Visita às possessões portuguesas na costa occidental d’Africa*, por George (sic) Tams, doutor em medicina, com uma introdução e anotações, em dois volumes. Vertida do Inglez por M. G. C. L. Porto: Typographia da Revista, 1850. É esta a edição utilizada no presente ensaio, a partir do exemplar localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Neste caso, a obra, tal como a edição inglesa, passa a ser composta por dois volumes: o primeiro com 251 páginas e o segundo, 210, totalizando dez capítulos.

mais para as remotas regiões e sociedades africanas, as razões da divulgação do livro podem ser equacionadas a partir do gosto do público europeu pelas narrativas das grandes viagens, bem como pelas descrições de povos tidos como exóticos. Mais particularmente, “sobre o quase desconhecido reino de Ambriz”, na expressão de Ritter, autor de um grande trabalho sobre as relações entre o meio e as sociedades humanas e cujo primeiro volume, editado nos anos de 1810, versava exatamente sobre o continente africano¹⁴ – “Nada temos de recente data que se possa comparar a isso”, escrevia ele em seu preâmbulo à *Visita às possessões*, ao sublinhar a importância do livro. (*VPP*, I, Preâmbulo, 30). Junto a isso, acrescenta-se o interesse pelos temas imbricados às causas abolicionistas, em especial na Grã-Bretanha, uma vez que a narrativa dava provas da concretude daquilo que se argumentava na Europa, como insistia a introdução feita por Evans Lloyd para a edição em inglês (*VPP*, I, 13-28).

Entre os objetivos declarados por Tams, em sua introdução, arrolavam-se desde a luta contra o tráfico de homens e a propagação do movimento abolicionista, até o destaque às riquezas naturais de uma região potencialmente muito fértil, mas inadequadamente explorada pelos portugueses.¹⁵ Aspectos que confluíam e eram repetidamente pontuados pelo autor em extensas passagens ao longo do livro, e que foram ampliados por Hannibal Lloyd. De fato, na simples leitura dos títulos dos apêndices adicionados pelo tradutor já fica clara a intenção de usar o texto como pretexto para a propaganda britânica. A insistência na potencialidade de uma natureza pouco explorada e o comprometimento dos portugueses com o comércio de escravos, “sua indolência e ignorância”, foram argumentos de Tams reaproveitados pelo inglês, sobretudo quando tentava justificar a proposta de que fosse considerada a possibilidade da cessão ou venda, por Portugal, “daquele país” à Grã-Bretanha:

¹⁴ RITTER, Carl. *Geographie Générale Comparée ou Étude de la Terre dans les rapports avec la nature et avec l'Histoire de l'Homme*. Tr. E. Buret et Edouard Desor. Bruxelles, Société Typographique Belge, 1838 (obra em 19 vols, iniciada em 1817). “Nous avons commence cet publication par l’Afrique” – a escolha da África deu-se por várias razões: lá onde é mais translúcida a verificação das relações homem-meio; “terra ardente”, onde são menos perceptíveis os movimentos das diferentes estações, “sem o contraste desta marcha ascendente e descendente do passado e do futuro”. Na obra, enquanto para a África ocidental as referências foram abundantes e atualizadas, as informações providas por Labat, Dalzel, Mungo Park, Winterbotton, Beaver, Clarkson, Wilberforce, Isert, Bowdich etc., para a África centro-ocidental, de presença portuguesa, as fontes eram mais antigas. Cita: crônicas do XVII, João de Barros, Cavazzi de Montecuculo, A. Battel, João dos Santos; para o XIX, conta tão somente com a carta geográfica de D’Anville e os relatos da viagem Capitão Tuckey, à bacia do Zaire, financiado pelos britânicos. J. K. Tuckey. *Narration of an Expedition to Explore the River Zaire*, 1818. Portanto, é de se supor que eram bem vindas as informações em detalhes sobre a Angola portuguesa e sobre o reino de Ambriz de Tams.

¹⁵ Nota-se, além da erudição do ator, a leitura de obras na preparação da viagem e na redação do trabalho. Ao longo do texto, cita com desenvoltura obras antigas como o missionário Cannecattim, Cavazzi de Montecuculo, Andrew Battel, bem como os viajantes dos séculos XVIII e XIX, Cook, Forbes, Buxton, Owen, Tuckey, entre outros. Além disso, têm em mãos as memórias de João da Silva Feijó, à Academia de Ciências de Lisboa, sobre o cultivo de anil no Cabo Verde, do século XVIII.

Com tudo, nas suas actuaes circumstancias, melhor lhe seria ceder ou vender à Grã-Bretanha todo aquelle paíz, reservando para si certas e determinadas vantagens commerciaes, as quaes em breve sobrepujariam a todas as que elle presentemente colhe de tão, comparativamente, inutil possessão”. (*VPP*, I, Introdução, 27).

A questão das rivalidades entre as duas nações europeias e a cobiça dos britânicos pelas posses portuguesas na África encontram-se presentes na obra, insinuando-se de forma velada na narrativa de Tams e de maneira muito clara nas partes incluídas pelo tradutor inglês.¹⁶ Em outras palavras, a convicção antitráfico do médico alemão, bem como a denúncia constante que faz à incúria das autoridades lusitanas e a dominância da chamada ordem dos negreiros nas sociedades luso-africanas, convertem-se em pretexto usado pelo tradutor tanto para divulgar o movimento abolicionista, como para alimentar as intenções expansionistas britânicas na África. A inclusão de uma descrição sobre a Ilha do Príncipe na parte final do segundo volume, feita por um capitão da esquadra britânica, em sua viagem em 1834, reafirma a fórmula da venda de algumas das posses insulares, como maneira de amortizar as enormes dívidas que Portugal mantinha com seus credores britânicos.¹⁷

Diante desta situação, restava ao tradutor português – M. G. C. L. –, anos após, ironizar este “philantrópico conselho inglez”, amenizar os ataques e direcionar a leitura da obra para a tomada de consciência, por parte dos portugueses, da enorme riqueza que tinham em mãos e o imperativo de sua revalorização. Segundo ele, com as informações contidas na obra de Tams seria possível reconsiderar a imagem que se tinha das partes africanas, corrigindo a idéia de que eram simplesmente,

[...] terras destinadas quase exclusivamente para desterro de criminosos e malfeteiros, medonhos paizes, cujas inóspitas praias se não poderiam impunemente abordar; - que os homens arrastariam alli uma penosa e afflictiva existência, privados dos necessários recursos para a sustentação da vida, que o solo se negaria a presta-lhes [...] Quanto porem eram errados os nossos juízos! (*VPP*, I, Prefácio do Tradutor, 7)

¹⁶ Estas rivalidades já existiam no continente africano, sendo o ano de 1838 o início da questão Bolama em que ambas as nações discutiam os direitos à posse da ilha localizada na costa de Serra Leoa. Sobre o assunto: PÉLISSIER, René. *História da Guiné – portuguesas e africanas na Senegâmbia* (1841-1936). Lisboa: Ed. Estampa, 1989, p. 81.

¹⁷ No anexo final, volume 2, “Descrição da Ilha do Príncipe, pelo Capitão ‘ Alexander’ do exercito inglez, continuação das suas viagens em 1834” (*VPP*, 2, 183-208), encontram-se trechos significativos: “Eu invejei aos portuguezes a posse d’uma ilha tão fértil, onde era evidente, que no meio de tão pitoresco exterior produziram os ricos thesouros da terra tais como – grãos, legumes e fructas”, p. 193; mais adiante, a referencia ao desejo expresso de seus habitantes de “ver o dia em que nos achemos dominados pela bandeira ingleza” (p. 201); e sobre o fato da dívida e da venda: “Ella [a Grã-Bretanha] mesma reconhece lhe será difficil paga-la actualmente. Depois da contenda entre os irmãos (o senhor) D. Pedro, e (o senhor) D. Miguel, concordou-se que Portugal poderia offerecer aos inglezes em pagamento della esta ilha do príncipe, a de S. Thomé e a d’Anno Bom” (p. 202).

Neste sentido, se a divulgação do livro na Grã-Bretanha coadunava-se com as pretensões inglesas, em Portugal era a maneira de enaltecer os feitos de um prestigioso filho da terra tragicamente desaparecido, bem como de estimular os planos de setores interessados em renovar a política colonial, recuperar o comércio africano e estender suas fronteiras, intentos caros a expoentes da corte, como os viscondes de Sá da Bandeira e o de Santarém, entre outros.

De Hamburgo a Benguela: a expedição mercantil e o conselheiro José Ribeiro dos Santos

A par dos objetivos ditados pelo autor e por aqueles que investiram, a partir de perspectivas distintas, na divulgação da *Viagem às possessões portuguesas*, uma investigação mais atenta sobre as circunstâncias da expedição à qual se encontrava imbricado o relato de Georg Tams, revelou uma intenção a mais que permaneceu quase sub-reptícia, dando um sentido adicional ao texto: uma intransigente defesa do caráter da empresa e de seu mandatário, particularmente o não envolvimento de ambos – empreendimento e proprietário – com o comércio de escravos. De fato, atacado pelas febres mortíferas do litoral africano, em seu leito de morte na cidade de Benguela, em janeiro de 1842,¹⁸ José Ribeiro dos Santos havia recomendado aos seus amigos e mais leais servidores o compromisso de que limpassem seu nome das acusações que vinha sofrendo, sobretudo na imprensa inglesa. Embora Tams se refira ligeiramente a isso (*VPP*, I, 44), num artigo intitulado “Another Step in the Portuguese Slave-Trade”, publicado num periódico londrino logo após a saída dos navios do Elba, José Ribeiro dos Santos era tido como um dos maiores empresários do comércio da escravatura, e a viagem, destinada a realizar uma transação numa escala nunca vista até então. Informava o vice-cônsul em Hamburgo ao Ministério dos Negócios de Exterior, de Lisboa:

É meu dever informar que uma folha de Londres, *The London Journal of Commerce*, inseriu um longo e violento artigo contra o Snr. Conselheiro Santos (cuja função exerço) por ocasião da Expedição que com tão louváveis fins acaba de empreender: incluo copia do furibundo aranzel. A Casa Santos & Monteiro escreveu imediatamente a todos os principais jornais d’esta cidade uma carta, anunciando que em nome de seu chefe ausente expediu logo as suas ordens a Londres ‘para que o author do artigo calumioso fosse pronta e vigorosamente perseguido perante os tribunais’.¹⁹

Por conta das questões enunciadas, o entendimento da natureza da expedição passou a prevalecer na pesquisa, como aspecto capaz de esclarecer a natureza do relato e a elucidar, na medida do possível, a razão da enorme familiaridade de Georg Tams com

¹⁸ Arquivo Histórico Diplomático (doravante AHD), Lisboa, *Consulado em Hamburgo*, Caixa 487, 1833-1859, pasta 1842, Ofício n. 14 de 17 de maio de 1842, parágrafo 4º, do cônsul interino André van Randvyk Schut: “Tenho o doloroso dever de levar ao conhecimento de V. Exa. [o Ministro dos Negócios Exteriores] que por notícias vindas de Angola pela escuna Sultana, capitão Faria, chegada na Inglaterra, consta que o Ilmo. Snr. Conselheiro José Ribeiro dos Santos Cônsul Geral de Portugal n’este porto faleceu n’aquella cidade no dia 15 de fevereiro, do corrente ano em consequência da febre do país. Esta noticia ainda que indireta não deixa contudo duvida alguma de ser verdadeira”. De fato, a morte ocorre em 15 de janeiro, conforme corrige depois o mesmo informante.

¹⁹ AHD, Lisboa, *Consulado em Hamburgo*, Caixa 487, 1833-1859, pasta 1841, ofício n. 10 de agosto de 1841, parágrafo 4º, do cônsul interino André van Randvyk Schut. Coloco a íntegra do artigo do jornal ao final em anexo.

situações características deste tipo de negócios na África centro-ocidental da época. O pressuposto adotado seria de que, ao invés de um uso esporádico e fragmentado das observações de um “viajante”, a qualidade da obra como fonte histórica poderia ser reavaliada num esforço metodológico pelo qual se buscaria o entendimento contextualizado da viagem, de seus participantes e das intenções que a presidiram.

Na direção proposta, a primeira figura que se destacou foi certamente a do conselheiro José Ribeiro dos Santos que, à época do empreendimento, nos inícios da década de 1840, era Cônsul Geral de Portugal nos reinos da Dinamarca e de Hanover, nos Grãos Ducados de Oldemburgo, Mecklenburgo, Schwerin e nas cidades livres de Hamburgo, Lubeck e Bremen, pertencentes à secular Liga Hanseática.²⁰ Além de representar os interesses comerciais e políticos portugueses nestes portos, as atribuições consulares de Ribeiro dos Santos nunca se desvincularam de sua atuação mercantil, à testa de uma das mais importantes firmas de Altona e de Hamburgo, Ribeiro & Monteiro, em sociedade com José Gomes Monteiro.²¹

A trajetória de vida de Ribeiro dos Santos é igualmente reveladora – e muito similar a outros tantos jovens portugueses, relativamente pobres, que migraram e circularam por diversos pontos do Atlântico em busca de fortuna. Nascido em 1798, em Vila Nova de Gaia, próxima à cidade do Porto, principal base mercantil do norte português, oriundo de uma família de comerciantes remediados, veio, ainda jovem para o nordeste brasileiro como caixeiro, estabelecendo-se em Recife, em 1818.²² No Brasil, criou um

²⁰ As referências biográficas de José Ribeiro dos Santos foram retiradas de: SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez julgado pela imprensa contemporânea e estrangeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, Tomo V, p. 110; e do obituário publicado em Lisboa: CASTILHO, José Feliciano de. Notícia necrológica, *Diário de Governo*, n. 128, de 2 de junho de 1842, p. 591. Com indicações de ambos, algumas fases da vida do conselheiro puderam ser acompanhadas por meio da consulta da documentação manuscrita localizada em diferentes arquivos de Lisboa.

²¹ CASTILHO, José Feliciano de. Notícia necrológica, op. cit., p. 591: “Mais deveras se applicou então ao commercio, e este homem, que havia começado sem fundos, sem proteções, sem credito, sem correspondentes, viu a poder de honra, intelligencia e actividade, prosperar a sua casa a ponto que, em despeito das mil difficuldades locaes veio a ser a segunda ou terceira em respeito e vulto, e talvez a primeira em tráfego, na commercialissima cidade de Altona, cujas portas tocam com as de Hamburgo”.

²² Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), ACL, CU, 015, Cx. 279, Doc. 18860. *Requerimento de José Ribeiro dos Santos ao rei (D. João VI), pedindo passaporte para fazer viagem a Pernambuco, datado de 18 de janeiro de 1818*. “Diz José Ribeiro dos Santos, da Villa Nova de Gaya, comarca do Porto, que sendo-lhe indispensável ir a Pernambuco a tratar de Neg^{os}. da sua caza, e não estando ligado a corpo algum militar, nem marcado para recrutamento, justificou perante a Ilma. Junta do Porto a identidade de sua pessoa, o que comprova o documento incluso, a vista do que, P^a V Mag^e. se digne mandar lhe passar, na forma de estillo, o competente passaporte”. Em anexo: “O provedor e deputado da Ilustríssima Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Fazemos certos que Jose Ribeiros dos Santos, natural de Villa Nova de Gaia, subúrbio desta Cidade do Porto, justificou perante o desembargador Juiz Conservador desta Companhia, que pretende transportar-se à Cidade de Pernambuco, a tratar de vários negócios seus próprios; que não tem cometido crime algum, nem he comissário volante da carreira do Brasil, e do Auto de confrontação feito na pessoa do justificante na presença do dito Ministro, perante o qual justificou ser o próprio, consta que o sobredito José Ribeiro dos Santos he de estatura ordinária, magro, tem o rosto hum pouco comprido, miudo de feições, e hum tanto trigueiro, tem os olhos, e cabellos acastanhados, e representa ter a idade de vinte e hum anos [...] Porto, Junta em 08-01-1818 anos.”

vínculo com a comunidade de negociantes portugueses e seus representantes que se manteria até o final de sua vida. Paralelamente a isso, trilhou os caminhos da carreira militar, aparecendo na documentação como Tenente da Cavalaria de Milícias de Pernambuco e Ajudante do Escrivão da Intendência da Marinha, na Bahia. Nas duas províncias, participou das lutas da Independência ao lado das tropas portuguesas (Expedição Madeira), exilando-se e licenciando-se, após isso, nos Açores.²³ Entre 1826 e 1828, manteve-se ligado à Coroa brasileira uma vez que se tornou Cônsul Geral do Brasil na Dinamarca. Com residência em Altona, porto irmão de Hamburgo no rio Elba, foi destituído do cargo em 1828, em razão de sua nacionalidade portuguesa.

A partir de 1836 foi escolhido como representante consular de Portugal em vários países e repúblicas da região. Ostentando já os títulos de Comendador da Ordem de Cristo,²⁴ Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Viçosa,²⁵ e, posteriormente o de Cavaleiro da Casa Real, obtido em 1841,²⁶ foi sucessivamente credenciado por D. Maria II, rainha de Portugal, para os diferentes postos diplomáticos na região.²⁷ Diplomata importante no exterior pelo acúmulo de funções, pela proximidade com as autoridades metropolitanas, inclusive com a rainha, autor de um tratado que sistematizava os deveres dos agentes consulares de Portugal no exterior,²⁸ durante o tempo de exercício manteve seus negócios, licenciando-se, sobretudo nos meses de inverno e, enquanto os portos do norte da Europa permaneciam fechados, viajava em direção a Inglaterra, às Américas e às ilhas do Atlântico, possivelmente tratando de assuntos particulares.

Sediada em Altona, além dos negócios com Porto e com Lisboa, a rede mercantil da firma Ribeiro & Monteiro ramificava-se em direção aos interesses que mantinha em

²³ Entre dezembro de 1823 e agosto de 1826 são numerosos os requerimentos dirigidos às autoridades metropolitanas por José Ribeiro dos Santos, Tenente da Cavalaria e Ajudante do Escrivão da Intendência da Marinha, com o ordenado de duzentos mil reis mês. Na documentação localizada ora justificava seu afastamento do Brasil (por conta dos ataques aos portugueses), ora solicitava licença médica (com remuneração) em cidades dos Açores, em São Miguel e na ilha de Fayal, para onde se dirigiu com a família. AHU, ACL, CU, cxs. 288; 278, 46 (entre outras). Os requerimentos param quando, em 1826, Ribeiro dos Santos aparece já como Cônsul do Brasil na Dinamarca, posto que ocuparia até 1828.

²⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, doravante IAN-TT, *Livro Geral das Mercês*, VI, p. 214; Decreto de 30 de novembro de 1836, de nomeação em razão dos socorros pecuniários que prestou por ocasião do cerco da cidade do Porto.

²⁵ IAN-TT, *Livro Geral das Mercês*, VIII, p. 64: nomeado cavaleiro desta ordem em razão “do desinteresse com que presta a servir gratuitamente o lugar de Cônsul Geral”

²⁶ IAN-TT, *Livro Geral das Mercês*, XIII, 02 junho 1841, Alvará Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

²⁷ IAN-TT, *Livro Índice das Mercês, D. Maria II*, volume A-J, nomeações sucessivas.

²⁸ SANTOS, José Ribeiro dos; BARRETO, José Feliciano de Castilho. *Traité du Consulat, par le commandeur J. R. S., Consul-Générale et docteur J. F. C. B. Vice-Consul*. Hambourg, de l’Imprimerie de Langhoff, 1839, 2 volumes. Obra dedicada por Ribeiro dos Santos “a mon ami le Vicomte Sá da Bandeira”. Entre as atribuições estipuladas aos cônsules, em suas funções administrativas e judiciárias, colocava-se a oposição (“com todas as suas forças”) ao tráfico de negros sob bandeira portuguesa. Função explicitada na nota 47, volume II, p. 328-329.

Pernambuco, nas bases estabelecidas nos Açores e no Cabo Verde, em seus vínculos com a Inglaterra e, por fim, na África central, para onde o mercador mandou previamente agentes com o intuito de sondar possibilidades – alguns destes nomeados no relato de Tams. Num sentido mais geral, a amplitude de atuação indica a participação de navios hamburgueses e dinamarqueses no comércio atlântico da época, em transações dirigidas a vários mercados.

Nas embarcações saídas de Hamburgo, a 28 de julho de 1841, seguiam fazendas “adequadas”, no dizer de Tams, “às preferências das tribos de negros e objetos apropriados aos gostos dos residentes europeus” (*VPP*, I, 41), vindas possivelmente dos estados alemães, da Inglaterra e de Portugal em direção à África, em busca de produtos como marfim, goma, óleos, urzela e, talvez, escravos. Era longa a lista feita por ele dos produtos a bordo das naus *Vasco da Gama*, *Camões*, *Sultana*, *Georgiana*, *Mary Hedwiges* e *Esperanza*: pólvora e armas de todas as qualidades, baionetas, sabres e adagas; vestimentas, camisas, saias, cobertores, sapatos e chapéus de feltro; bebidas, vinhos portugueses carregados na cidade do Porto, tabaco, cigarros, “objetos de louça branca da China, muito estimados e tidos em grande apreço pelos negros d’Ambriz, e do interior”; harmônicas e “birimbaos”; “ornatos de todas as diversidades”, contas brancas ou azuis, de porcelana da China também estimadas pelos negros. (*VPP*, I, 41). Entre as fazendas de algodão e chita leve, a preferência pelas azuis, “a cor mais predominante entre os negros”. Tecidos talvez similares àqueles que eram fabricados na Holanda, em Manchester e Liverpool destinados aos mercados da África e da Melanésia: “fortemente engomados, fraca qualidade, predominantemente azuis, por vezes azuis e vermelhos”, chamados por vezes de “teias de aranhas” e feitos à imitação dos indianos, abundantemente enviados às colônias portuguesas.²⁹

“A mercadoria escrava puxava manufaturados da Inglaterra para o Brasil, Cuba, Porto Rico, Honduras, Trinidad e para a própria costa ocidental da África ocidental”,³⁰ apontou Luiz Henrique Dias Tavares, revelando a complexidade e a diversidade do comércio africano, em sua feição oitocentista:

Foi então que o comércio proibido de escravos africanos se encontrou como comércio legal de produtos africanos. Navegou oleosamente para o comércio do azeite de palma, resinas, madeiras de lei, ouro em pó, marfim, café, cacau, algodão, amendoim e outros produtos da lavoura tropical que os países capitalistas

²⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira. *A Carreira da Índia e o comércio intercontinental de manufaturas*. Separata das Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-portuguesa. Angra do Heroísmo, 1998, p. 236-237. Além, Maria Emilia comenta a importação de tecidos indianos e uma longa série de outros mencionados como preferências dos africanos: *baiés*, *borralhos*, *chitas*, *choromandéis*, *garrazes*, *zuarde*, este último tecido fino que já se imitava em Lisboa.

³⁰ Numa outra situação documental, é possível ver a relação sugestiva estruturada a partir de fontes e relatos de viagens dos séculos XVII, XVIII e XIX, associada ao comércio de escravos: ALPERN, Stanley B. What Africans Got for their Slaves: a Master List of European Trade Goods. *History in Africa*, 22, 1995, 5-43.

terminaram aprendendo que também podiam ser produzidos – e muito bem! – na África.³¹

Em troca dos produtos em demanda pelas indústrias europeias, as importações que alimentavam o comércio africano vinham, a partir do final do século XVIII, não só da Grã-Bretanha – principal potência industrial da época –, de Liverpool e de Bristol, como também de outros portos que passavam a figurar com intensidade na dinâmica transoceânica: entre outros, Bordeaux, Marselha e Hamburgo, por onde, segundo Aida Freudenthal, transitava a quase totalidade do comércio europeu em direção a África.³² Este último, Hamburgo, localizado no rio Elba, constituía a saída preferencial dos artigos vindos dos pequenos estados alemães que não dispunham de portos de mar. Porto livre até a década de 1880, quando só então adere ao *Zollverein*, república governada por um senado e cidade membro da secular liga hanseática, sua importância cresceu a partir das primeiras décadas do século XIX em razão do advento da navegação à vapor, junto a Bremen e a Marselha, na França, do desenvolvimento das indústrias manufatureiras e do comércio de grãos nos estados alemães. Além disso, em Hamburgo e nas demais cidades do Elba e do Báltico, as décadas de 1830 e 1840 foram marcadas pela intenção de aumentar as atividades mercantis com Portugal, atingindo a partir daí suas áreas de conquista na África – política esta claramente defendida pelos cônsules, entre eles, Ribeiro dos Santos.³³

Assim, voltando à figura de nosso comendador-cônsul-mercador, sediado em Hamburgo - Altona e com interesses na costa africana, mesmo que se considerem tendenciosas e exageradas as denúncias da imprensa inglesa feitas a ele e a seus empreendimentos, possivelmente arquitetadas para dirimir as iniciativas portuguesas, é quase impossível deixar de pensar os nexos entre os dois tipos de comércio – de escravos e de produtos considerados legítimos, na época – que se imbricavam nos portos e nos mercados da África ocidental. A compatibilidade entre estes ramos de negócios vem sendo progressivamente apontada pela historiografia que tratou da primeira metade do século XIX, seja focalizando a movimentação do Golfo da Guiné, seja acompanhando a ida e vinda dos navios ao sul do Equador.³⁴ Associada a isso, ganha força a crítica ao

³¹ TAVARES, Luis Henrique, *Comércio proibido, op. cit.*, “Corrente internacional do tráfico negreiro”, pp. 34-35.

³² FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas – a transição agrária em Angola*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005, p. 52.

³³ Para a história dos portos livres do norte europeu: SILVA, Marcos Viera da. *Portos Francos (contendo os planos dos portos-francos de Hamburgo, Bremen, Copenhagem, Genova e Trieste)*. Lisboa: Livraria Ferin, 1906; BURY, J. P. T. Introduction. *The Zenith of European Power, 1830-1870 (The New Cambridge Modern History)*, p. 4. A importância do comércio de Hamburgo com Portugal aparece expressa na correspondência diplomática gerada também em Portugal: AHD, Lisboa, caixa *Consulado das Cidades Hanseáticas em Portugal*, ofício do vice-cônsul C. D. Lindenberg, 14 de janeiro de 1835, entre outros.

³⁴ LAW, Robin. *The Transition from the Slave Trade to the Legitimate Commerce. Studies in the World History of Slavery, Abolition and Emancipation*, I, 1, 1996. LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Trad. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2002. NORTHROP,

conceito de transição, e numa mesma direção, ao uso costumeiro e indistinto dos qualificativos *legítimo* e *ilegítimo*; no limite porque, como bem aponta Alfredo Margarido, “o trato de homens é também e sempre um trato de mercadorias”;³⁵ ou, numa outra direção, como observa Jean-Luc Vellut sobre a compartimentação dos ramos do comércio africano:

A definição de comércio *legítimo* para designar todas as transações da economia do trato excluídas do comércio de homens não é menos equivocada. Ela nos traz antes de tudo a visão mesma que os comerciantes, os militares, os religiosos de origem europeia e norte-americana deram ao seu papel, destinada, sobretudo à opinião pública. Quanto a elucidar o funcionamento da economia internacional da África, a distinção *legítimo* e *ilegítimo* interpõe ao contrário uma via que dissimula o funcionamento real das trocas. Com efeito, na prática desde seus primórdios no século XVI até pelo menos o fim do XIX, o comércio internacional dos grandes produtos africanos e dos bens de importação permanece inseparável da escravidão.³⁶

A aproximação de Ribeiro dos Santos com os comerciantes de escravos estabelecidos na Angola portuguesa e nos territórios africanos adjacentes, levanta a hipótese de sua vinculação a este tipo de transação, ou quanto muito reforça a estreita relação entre os dois ramos mencionados. Acrescenta, além disso, a informação sobre a participação de firmas hamburguesas, ou luso-hamburguesas, nos trâmites atlânticos desta época, em negócios que envolviam grandes casas comerciais – inglesas, brasileiras, norte-americanas –, com agentes e feitorias em pontos do litoral africano, sobretudo nos igualmente portos livres do norte de Angola, como assinalam as pesquisas sobre as formas de organização do tráfico oitocentista e suas bases africanas entre Mayombe, Loango, Cabinda e Ambriz.³⁷

David. The Compatibility of the Slave Trade and Palm Oil Trade in the Bight of Biafra. *The Journal of African History*, 17, 1976. SOUMONNI, Elisée. A compatibilidade entre o tráfico de escravos e o comércio de dendê no Daomé, 1818-1858. – *Daomé e o mundo atlântico*. Rio de Janeiro; Amsterdam: CEAA; SEPHIS, pp. 61-79, 2001. Entre os estudiosos angolistas, os que defendem a mesma tese são, além de Margarido e Vellut, abaixo citados, as historiadoras Isabel de Castro Henriques e Jill Dias, nos trabalhos referidos.

³⁵ MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs: forme de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIXe. Siècles). *Revue Française de Histoire d’Outre-mer*, LXV, 240, 1978, 377-400, p. 377.

³⁶ VELLUT, Jean-Luc. L’économie internationale des côtes de Guinée Inférieure au XIX^{ème} siècle. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Atas da 1ª Reunião Internacional de História de África*. Lisboa, IICT, 1989, p. 136 (tradução nossa).

³⁷ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; RIBEIRO, Eder da Silva. Rediscutindo a presença inglesa no Império brasileiro: o caso da firma inglesa Carruthers & Co., 1822-1854. Comunicação apresentada ao *XII Encontro Regional de História*, ANPUH - Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/ic/Eder%20da%20Silva%20Ribeiro.pdf>; acesso em maio 2009; PIRES, Ana Flávia C. *Tráfico Ilegal de Escravos*, op. cit.

“A ordem dos negreiros”: os mercadores de escravos no relato de Tams e nas relações com Ribeiro dos Santos

Embora sempre muito preocupado em não deixar transparecer intimidade, as personagens dos negreiros aparecem de forma recorrentes no texto de Tams, e muito próximos às atuações de Ribeiro dos Santos: particularmente Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, Ana Francisca Ferreira Uberty, Ana Joaquina dos Santos Silva, e talvez, Manoel ou Joaquim Pinto da Fonseca. Como também outros menos conhecidos, mas tão expressivos quanto os demais, como Nicolau Tabana. A princípio, este fato poderia ser visto como corriqueiro, uma vez que, segundo Tams, a sociedade de Angola encontrava-se imersa no trato da escravatura e em seus altíssimos lucros, dos quais se valiam quase todos os habitantes de Luanda, de Benguela e dos demais núcleos luso-africanos:

E, contudo, de certa forma, todos eram iguais; porque duvido que houvesse um só que não fosse negociante de escravatura, e que recusasse entrar em qualquer transação criminosa, contanto que por meio dela pudesse aumentar os seus lucros. Tais eram os elementos de que se compunha a sociedade em Luanda; e nem por momentos um estrangeiro se poderá esquecer da companhia porque se há visto rodeado. [...] A dança durava geralmente até as onze horas da noite, e neste decurso, serviam chá e limonadas conforme o estilo da terra, com simples doces de farinha de trigo, fabricados por padeiros portugueses estabelecidos na cidade. Os negros condutores, no entanto, deitavam-se junto as suas tipóias defronte do palácio, esperando o momento em que a reunião terminasse. Despediam-se então aqueles indivíduos com ridículas formalidades uns dos outros, e os que queriam afetar importância, se deitavam em suas tipóias, fazendo-se assim conduzir até casa, rodeados por uma comitiva de negros, uns como portadores de tochas, outros como criados. (*VPP*, I, 227)

Mas seria sobre Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, um dos mais controversos personagens da sociedade dos anos de 1840, que recaía as observações mais sugestivas de Tams, quando o escolheu para ilustrar tanto a arrogância dos mercadores, como as estratégias que usavam. Além de se referir ao escravo branco que o acompanhava ostensivamente em suas caminhadas pelas ruas da cidade (*VPP*, 1, 212) ou sua rica morada urbana, Tams sinalizava a dose de audácia com que Arsênio enfrentava as autoridades britânicas ligadas aos tratados luso-britânicos e em passagem pela cidade de Luanda, entabulando com elas ora cortesias, ora desafios (*VPP*, 1, 194). Uma grande agilidade era a característica central de sua atuação:

O costume de viajar com rapidez era indispensável ao senhor Arsênio, porque elle se via freqüentemente obrigado a fazer jornadas mui cumpridas a cavalo, durante a noite, quando no sitio de desembarque de seus escravos se tornava precisa a sua prompta assistência. Consideráveis e repetidos prejuízos, o haviam induzido a adoptar o plano de os embarcar no decurso da noite, a alguma distância de Loanda.

Uma manhã, por ocasião de fazer-lhe uma visita medicinal, em consequência de um padecimento crônico no fígado, que lhe tinha sobrevivendo em razão de prolongadas residências em diferentes partes do Brasil, me disse ele que não obstante achar-se assim doente, havia andado a noite anterior dezesseis léguas a cavalo, para poder assistir ao embarque de escravos seus no sul do rio Dande. (*VPP*, p. 212)

Pelo que foi possível constatar a partir de documentos alfandegários da ex-colônia brasileira, os contatos de Ribeiro dos Santos com Arsênio de Carpo precederam a expedição de 1841 e foram notificados em Pernambuco, grande reduto de negociantes portugueses e seus agentes vindos de Luanda e de Benguela e de outras partes da costa centro-oeste africana. Entre os mapas do ano de 1838 que controlavam a entrada e saída das embarcações com bandeira lusa no porto, o nome do cônsul aparecia assinalado como consignatário de uma embarcação de propriedade de Arsênio de Carpo, dois anos antes da expedição africana.³⁸ Numa época em que a carreira de Arsênio encontrava-se no apogeu: havia saído do anonimato e depois de tempos em que transitara por diversos pontos do Atlântico e por várias profissões, finalmente enriquecera, tendo como principal negócio o da escravatura e como base, sua própria atuação política, bem como as alianças com os dirigentes de Angola.³⁹ De outra parte, era também este o momento em que Ribeiro dos Santos planejava sua virada africana, concebida quando se encontrava afastado dos assuntos consulares, e segundo a trajetória levantada por seu biógrafo, em “digressão pelo Brasil”, na antevéspera do empreendimento:

Recolhendo-se de uma digressão ao Brasil, em 1839, e miudamente informado das circunstâncias do mercado da África Occidental portuguesa, concebeu um projeto

³⁸ IAN-TT, MNE, *Consulado de Portugal em Pernambuco*, cx. 2, 1839-1841, Mapa das embarcações nacionais e estrangeiras entradas no porto de Pernambuco vindas das costas da África no mês de dezembro de 1838: na listagem, com a data de 10 de novembro de 1838, aparece o bergantim Governador Vidal, de 187 toneladas, vindo de Loanda, sob as ordens do capitão Nicolau Mario Passalaqua, sendo o proprietário Arcenio Pompilio Pompeu de Carpo e o consignatário [João] Joze Ribeiro dos Santos”. Indicação retirada do artigo de PACHECO, Carlos. Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo – uma vida de luta contra as prepotências do poder colonial em Angola. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 16-17, 1992-1994. Apesar do prenome não coincidir exatamente, é quase certo tratar-se do cônsul. Nota-se que o navio recebera de Carpo o mesmo nome do governador de Angola na época – Manoel Bernardo Vidal – que, apesar das ordens expressas sobre a supressão do tráfico, vindas de Lisboa, fora convencido pelos negreiros (entre eles, Arsênio) a fechar os olhos e converter-se ele próprio aos negócios da escravatura. Sobre as posições do governador e suas relações com Arsênio de Carpo, bem como sobre a projeção social deste último: ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, XXVI, 3, 1991, p. 309-10; sobre o comprometimento dos governadores e outras autoridades: CARVALHO, Joaquim de. L’interdiction de la traite em Angola. *Lusitana*, 1, 1989, 169-217.

³⁹ Arsênio do Carpo tinha plena consciência dos enormes lucros trazidos pelo comércio da escravatura; num texto escrito em Londres, em 1848, apresentando um projeto de sua autoria, que veremos a seguir, sustentava a opinião sobre a inoperância das leis antitráfico com a experiência própria de um grande investidor: “Depois que as mais fortes medidas [de controle do tráfico] que como acabamos de mostrar se tem tomado, chegaram os pretos no Brasil a valerem cada um 700 mil réis, sendo o custo destes na África de 15 a 20 mil réis: com o fundo de 12 a 14 contos de réis se habilita qualquer especulador a passar para o Brazil 600 escravos, onde vão achar por elles (se é que podem escapar) tanto quanto é preciso para tentarem novas especulações da mesma natureza.” CARPO, Arsênio Pompilio Pompeu de. *Projecto d’uma companhia para o melhoramento do commercio, agricultura e indústria na Província de Angola que se deve estabelecer na cidade de S. Paulo d’Assumpção de LOANDA, e da qual são fundadores Silvano F. L. Pereira, de Londres; Arcenio P. P. de Carpo, de Loanda; A. V. R. Schut, d’Hamburgo; e Eduardo Possolo*. Lisboa: na Typographia da Revolução de Setembro, 1848, p. 5.

que logo tratou de por em obra, empregando consideráveis cabedades em compra de urzela, despachando alguns navios com carga sua, própria para aqueles povos, e estabelecendo feitorias nos portos importantes da costa.⁴⁰

As mulheres comerciantes de Luanda também são freqüentes no relato do médico alemão, ao se referir preferencialmente a Ana Francisca Ferreira Uberty por quem não consegue disfarçar sua predileção. Africana, viúva do médico natural da Sardenha, Carlos Uberty, degredado estabelecido em Luanda, negociante que exercia as funções de almoxarife do governo angolano, e de quem, por certo, ela havia herdado navios e o comércio de escravos em direção a Cuba e a Pernambuco.⁴¹

D. Anna tinha nascido no interior da África e havia sido trazida como escrava para Loanda, onde vivia então com pompa, manejando um prospero negócio d'escravatura; mas eu farei justiça ao seu procedimento, pois que ella nunca praticava crueldades, antes tratava seus subordinados com grande humanidade. (VPP, 1, 215)

Descrevia Tams também a aparição da dama africana numa festa da sociedade luandense, da qual participava, destacando-a em meio a uma multidão de pretos, brancos e mulatos:

Por entre os caracteres deste matizado grupo, divisava-se uma mulher ricamente adornada d'ouro e jóias, que tendo vindo para este paiz, havia poucos annos, d'uma provincia do interior como miserável escrava, por sua belleza e astucia tinha obtido a liberdade e riquezas. (VPP, 1,226)

E ilustrava, por meio de sua viva inteligência, a “propensão intelectual dos africanos”:

Freqüentes vezes encontrei negros, que havendo apenas quatro semanas que existiam na costa, podiam neste incrível pequeno espaço de tempo, não só entender o portuguez, como fazerem-se entender neste idioma. Uma das pessoas que maior negocio tinha d'escravatura em Loanda, era uma mulher que primeiro havia sido escrava igualmente; a qual depois de ter obtido a liberdade, havia estudado a língua portugueza de per si mesmo com tal energia, que não só a fallava correctamente, mas até por sua propria mão fazia a correspondência commercial neste dialecto. (VPP, 2, 98)

As relações comerciais que Ribeiro dos Santos manteve com dona Ana Francisca concretizaram-se na venda a ela da pequena escuna *Esperanza*, de sua propriedade, e que, segundo Tams, seria empregada no comércio de “produtos autorizados” e na

⁴⁰ CASTILHO, José Feliciano de, *Noticia Necrológica*, op. cit., p. 591.

⁴¹ Sobre o médico Carlos Uberty e a notícia do embarque de seus navios em Cuba, ver: IAN-TT, MNE, Ordem 968. *Consulado de Portugal nos portos da ilha de Cuba. Matricula de navios*. Matricula da Bª Triunfo da Liberdade, de que é mestre Manoel Francisco Cardoso e proprietário Carlos Uberty, que segue viagem para Havana com escala em Ambriz, Zaire e Cabinda. Secretario de o Governo Militar, e Civil do Reino de Angola, em 21 de janeiro de 1837. A informação de sua função como almofariz vem de DIAS, Jill. Angola, op. cit., p. 350; morto nos finais do ano de 1839, segundo officio solicitado pelo Cônsul Geral da Sardenha, em Lisboa. AHU, SEMU, DG, *Correspondência, Angola*, Ordem 595.

“condução de fazendas para os seus estabelecimentos de Mossamedes e na ilha de S. Tomé”. (*VPP*, 2, 52 e 112)

Também é matéria a ser referida o encontro de Ribeiro dos Santos com o obscuro Nicolau Tabana – ou Nicolau Tavama, como aparece mencionado na correspondência provincial dirigida à metrópole.⁴² Estabelecido numa aldeia fortificada em Novo Redondo, atual Sumbe e chamada pelos africanos, na época, de Quisala, Nicolau era de origem italiana, napolitano de nascimento, mas criminoso e degradado para as costas da África pelas autoridades portuguesas havia 25 anos. Segundo Tams, instruído nos usos e costumes dos povos da região, aclimatado aos ares e às doenças do lugar, casado com uma mulata e com muitos filhos, dispunha de uma fortuna calculada em cerca de 20:000.000 de piastras, cerca de 40 milhões de cruzados, segundo o tradutor (*VPP*, I, 176). Verdadeiro potentado branco monopolizava o comércio e a vida política deste trecho da costa, possuía feitorias espalhadas nas enseadas próximas a Novo Redondo, em Inandanha e Quicumbo, onde mantinha agentes e comercializava escravos, mas também marfim e cera que vinham nas caravanas do interior, bem como óleo de palma, obtido nas proximidades da pequena fortaleza em que vivia. Era servido por uma milícia composta por 25 soldados escravos, constantemente em armas e, nos negócios, por comissários, alguns cativos, extremamente leais a ele e que faziam longas incursões no interior, comprando marfim e escravos (*VPP*, I, 187). No que diz respeito às suas relações com o comendador, após a morte deste, estas haviam perdido a razão de ser: “havia transtornado todas as esperanças de transações comerciais para as quais Nicolau Tabana havia feito disposições”. (*VPP*, 2, 59).

Outro nome de mercador referido por Tams é o de um snr. Fonseca que ocupava o posto de agente da casa de Ribeiro dos Santos, na ilha de Santo Antão, arquipélago do Cabo Verde, em 1841, e que, estabelecido junto a sua mulher inglesa neste local, “estava próximo a remover-se para Benguela em utilidade da casa”, (*VPP*, I, 82) junto à expedição. Uma vez no continente, diria Tams, converter-se-ia definitivamente aos negócios escusos de tráfico, devido a seu intento de “uma prompta aquisição de riqueza”. É contra ele as palavras de desaprovação mais contundente usadas por Tams:

Enquanto a mulher receava o clima da costa, o marido não prestava atenção com seus rogos; porque o seu único intento era o de uma prompta aquisição de riqueza; e enlevado só neste desejo, de boa vontade se sujeitava a todos os inconvenientes. O thema que absorvia todas as suas conversações durante nossa subsequente viagem, era riqueza, unicamente a riqueza [...] Logo que desembarcamos naquelle reino, o seu vil, abjecto e avarento espírito o fez instantaneamente adoptar o meio mais efficaz de alcançar aquillo que elle somente ambicionava; e sem hesitar um momento se profanou, empregando-se no tráfico da escravatura. (*VPP*, I, 83)

⁴² AHU, SEMU, DG, *Correspondência, Angola*, Ordem 597, Ofício de 02 de fevereiro de 1843.

Segundo o médico, a notícia da morte de Fonseca chegou-lhe anos após, quando ele já se encontrava de volta à Europa.

Os irmãos FONSECAS (Manoel Pinto da Fonseca, Joaquim e possivelmente Antonio), da mesma forma que todos os demais negreiros acima referidos, são constantes na documentação produzida pelas autoridades que controlavam o tráfico, a partir das décadas de 1830 e 1840. Na base de dados sobre as viagens dos tumbeiros, Manoel Pinto da Fonseca é, em 1837, proprietário do brigue *Especulador*, de bandeira portuguesa, agindo a partir das ilhas do Cabo Verde e comercializando cerca de 490 escravos, provenientes da Senegâmbia em direção ao Rio de Janeiro⁴³—coincidentemente a mesma região e local onde Tams o encontrara, como um dos agentes da casa Santos & Monteiro. Embora lidando no terreno movediço das suposições, estas informações podem trazer luzes à trajetória de enriquecimento dos traficantes, uma vez que não tem sido possível localizar exatamente as origens da família Fonseca. Como quer Conrad, talvez vinda de algumas das ilhas do Atlântico, tendo sido Manuel, caixeiro de uma casa mercantil, até pelo menos os finais dos anos de 1830.⁴⁴ No texto de Tams, a referência a ele reaparece quando da morte de Ribeiro dos Santos, sendo Fonseca o consignatário de grande parte das mercadorias pertencentes à casa, num momento em que, não se sabe exatamente por que, eram cobiçadas pelas autoridades alfandegárias de Luanda que procuravam confiscá-las:

A nossa casa de Loanda, depois de ter estado fechada e sellada, foi igualmente alliviada do seqüestro, por uma porção de tempo, pela authentica prova que deu o senhor Fonseca, de ser o verdadeiro dono de tudo o que havia sido confiado ao seu cuidado; e desde então, pode elle continuar com o seu negócio sem estorvos, por sua própria conta. Immediatamente levantamos ancora... (VPP, II, 63)

Nos textos de época, os mercadores de escravos aparecem próximos a outros ramos de negócios e interesses. As relações que este grupo mantém entre si, bem como as

⁴³ ELTIS, David e outros. *The Trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>, viagem n. 46260, de 26-09-1837, segundo dados recolhidos no Archivo General de la Nación, Montevideo, Uruguai. Acesso em 07-08-2009. Trata-se, de fato, segundo os dados da base, a primeira viagem identificada pela amostra. Computando-se o total de viagens sob o nome de “Fonseca”, entre os anos de 1837 e 1851, foram identificadas como realizadas 43 viagens, provenientes da costa norte de Angola (sobretudo Ambriz e Cabinda) e também da África Oriental, do Golfo de Biafra e da Alta Guiné, com destino ao Brasil, em navios de bandeira portuguesa, mas também norte-americana. Num universo identificado, no período de 1837 a 1851, os irmãos Fonseca desembarcaram, nas praias brasileiras, quase 18.000 escravos, dos 20.000 obtidos na África. Assim, mesmo que no terreno das suposições, não se pode deixar de lado qualquer tipo de informação sobre eles. O quadro apresentado no anexo 2 foi elaborado a partir dos recursos oferecidos pela base.

⁴⁴ CF CONRAD, Robert. *Os tumbeiros*, p. 121. “Manoel Pinto da Fonseca iniciou sua carreira como ‘um criado subalterno em um estabelecimento mercantil, dispondo de recursos muito limitados’; ‘em 1837, contudo, junto com seus irmãos e um grupo de seguidores, ele entrou para o tráfico crescente, e em sete ou oito anos era um dos homens mais ricos do Brasil’. O nome de Manuel Fonseca aparece mencionado e estudado em outras obras sobre o tráfico no século XIX: atuando em Moçambique, segundo CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 160-61; agindo em Angola e nas regiões próximas a Cabinda, em longos trechos da obra de PIRES, Ana Flávia C. *Tráfico ilegal de escravos*, op. cit, p. 109-112.

indicações feitas sobre eles, denotam o processo de diversificação dos negócios africanos, talvez como a resposta mais imediata às tentativas de conter o tráfico, desde a medida de Sá da Bandeira, de 1836, mas que não implicou sua desarticulação imediata. De Arsênio à Ana Francisca, passando por Ana Joaquina ou mesmo pelo obscuro e solitário Nicolau Tabana, encontramos historicamente configuradas as situações de investimento de parte dos lucros altíssimos do tráfico de escravo em outros empreendimentos ou pensados em projetos futuros. Tanto Ana Joaquina quanto Ana Francisca possuíam plantações de açúcar na região do rio Bengo, ao norte de Luanda e em Mossamedes, e tanto uma como a outra subscreviam novos projetos. Ambas haviam participado da fundação da colônia de Mossamedes, onde mantinham agentes de suas firmas luandenses, para tocarem propriedades, mas também para gerenciar a mercadoria recebida em barracões escondidos longe do mar.⁴⁵ As Anas comerciantes de escravos eram também senhoras de roças em São Tomé.

Por sua vez, embora não diretamente ligado à sociedade luandense, antes um agente informal dos portugueses, os interesses de Nicolau Tabana prenunciam a transformação das posses comunais sob a tutela tradicional dos sobas em terras e palmares privativos dos europeus em territórios africanos. “Nunca eu havia visto tão bellas florestas de palmeiras”, diria Tams sobre as áreas pertencentes ao italiano (*VPP*, I, 178):

Na margem direita do rio [o Novo Redondo], havia uma interminável floresta de palmeiras, a qual vista d’uma altura que a dominava, parecia communicar ao vale, que se estendia do lado do norte paralelo com a costa, uma extraordinária belleza. Nicolau tinha comprado aos negros visinhos, uma considerável porção desta floresta por uma insignificante pensão annual, para della extrahir o vinho que formava o ramo mias importante do seu negocio. Os seus grandes rebanhos e manadas de gado, se alimentavam também nesta extensa floresta; ao passo que um grande número de pequenos hortos ou plantações, abundantemente o suppiam de tudo o que mais necessitava para o sustento da vida. (*VPP*, I, 182)

Tratava-se de movimento similar ao que ocorria com a implantação dos arimos europeus existentes desde o século XVII e instalados às margens do Bengo, mas também em Cazengo, nos meados dos oitocentos. Distrito habitado por cerca de 17 chefes africanos vassallos de Portugal que se mantinham em “ilhas de posses africanas” em meio às concessões fornecidas pela Coroa aos chamados “barões do café”, alguns deles brasileiros, e onde se estruturava uma sociedade baseada no trabalho escravo, “proto-colonial” na expressão de David Birmingham.⁴⁶

⁴⁵ DIAS, Jill. Angola, op. cit., p. 372. Um dos sócios, ou agente, de dona Ana Francisca, em Mossamedes, era Bernardino José Brochado, autor de uma memória sobre a região: BROCHADO, Bernardino José. Noticia de alguns territórios e dos povos que os habitam, situados na parte meridional da província de Angola. *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial. Lisboa, 1ª série, 1, 1855, p. 203-108.

⁴⁶ BIRMINGHAM, David. The Coffee Barons of Cazengo. *Journal of African History*, 19, 4, 1978, pp. 523-538.

O poder destes mercadores era digno de nota e por este motivo apareceu registrado em quase todos os relatos produzidos nas décadas de 1840, e naqueles que, décadas depois, procuraram traçar a história das sociedades da região. Enquanto a fama de Ana Francisca e sua história quase romanceada são a tônica do texto de Tams, a figura mais notável nos demais relatos é a de Ana Joaquina, mencionada raramente pelo autor.⁴⁷ Escritores da época, entre eles o comissário Francisco Valdez, ligado à comissão mista instaurada em Luanda em 1844, referiam-se aos atributos da dama chamada pelos oficiais franceses que se hospedaram junto a sua casa, como a *Rainha do Bengo*.⁴⁸ Não se tratava da única dona de arimos, de escravos e de navios com projeção junto à sociedade angolana; segundo Aida Freudenthal:

Entre as numerosas centenas de proprietários revelados pela documentação sobressaem varias “donas” de arimos e de escravos pertencentes à sociedade luandense e benguelense de meados do século como Ana Ubertali, Apolinária Mattoso e Ana Joaquina dos Santos Silva. Os dados obtidos permitem afirmar que a acumulação de riqueza em suas mãos resultou não apenas dos benefícios alcançados através do tráfico, como da prática do comércio lícito e da exploração das terras que lhes pertenciam por herança ou por doação, recorrendo ao trabalho escravo. Destes casos o mais eloqüente no domínio da iniciativa empresarial, materializada em investimentos no tráfico, no comércio e na agricultura e transformação da cana, é o de D. Ana Joaquina, eminente figura da sociedade luandense, traficante e proprietária de arimos no Bengo, curiosa personagem de compromisso entre a economia mercantil, a agricultura “tradicional” e as novas estratégias empresariais. Sendo proprietária de vários prédios urbanos e de numerosos e extensos arimos.⁴⁹

De outra parte, o poder social de que dispunha esta classe de mercadores deve ser entendido também a partir da proeminência entre os grupos africanos, principalmente com seus parceiros de negócio dos quais dependiam para a obtenção de mercadorias, para o livre trânsito das caravanas, ou ainda os que formavam suas clientelas. Entre os habitantes da cidade de Novo Redondo que haviam construído suas cabanas em torno da moradia fortificada de Nicolau Tabana, Georg Tams nota, além da extrema fidelidade e

⁴⁷ A proeminência das mulheres nos negócios de escravos foi notada também por José Capela, entre os armadores da década de 1840 que agiam em Moçambique, sendo elas igualmente donas de prazos na região. CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, op. cit., p. 152.

⁴⁸ Francisco Valdez, em visita ao rio Bengo, em 1858, onde, além das propriedades em Golungo Alto e Guifandonfo, Ana Joaquina possuía uma plantação de açúcar, com cerca de 1400 escravos, notou: “a grande atração, no entanto, era na querida dama que presidia esta casa e à qual os galantes oficiais franceses haviam dado o nome de *A Rainha do Bengo*[...] um título que ela merecia em consequência de sua maneiras amáveis, e sua grande hospitalidade que ela dava a todos os que eram afortunados em ser seus convidados. Todos os arranjos domésticos eram de uma grande elegância, tudo sendo ordenado da mesma forma que nos estratos mais superiores de Portugal, país do qual ela era nativa. Ela também caiu vítima daquela tirânica e implacável e fatal febre, que não olhava nem para idade, riqueza, beleza nem sexo.” Apud WHEELER, Douglas. *Angolan Woman of Means: Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, mid-19th Century Luso-African Merchant Capitalist of Luanda*. *Santa Barbara Portuguese Studies*, 3, 1996, p. 287.

⁴⁹ FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas*, op. cit, p. 154-155.

devoção a ele, o fato de comporem seus comissários nas negociações com o interior e sua guarda particular. Um poder incontestado emanava das aparições econômicas e pontuais:

No dia em que ali chegamos, celebrava-se nella uma festividade, em honra da qual o senhor Nicolau apresentou um refresco que se prolongou por toda a noite. Uma porção de mesas cobertas de abundante mantimento estava collocada em frente da igreja, às quaes tinham livre acesso todos os habitantes. [...] O senhor Nicolau, não tomou parte alguma neste entretenimento, e apparecendo somente por acaso à sua porta, era sempre nessas occasiões saudado como príncipe por toda aquella gente com altas aclamações. Já se aproximava a madrugada, quando a multidão se foi pouco a pouco retirando. (*VPP*, I, 179-180)

Também a fama de dona Ana Joaquina atravessava os sertões e atingia o longínquo reino dos lundas com o qual ela procurava fazer acordos comerciais, enviando seus intermediários, entre eles o sertanejo brasileiro Rodrigues Graça, que realizaria, entre os anos de 1843-46, a seu mando, uma expedição ou missão diplomática ao reino dos Lundas.⁵⁰ Anos mais tarde, percorrendo as mesmas regiões, Henrique de Carvalho ouvia falar de *Ná-Andêmbó*, senhora considerada muito poderosa em razão de sua proximidade com o Muatiânvua Noéji e da riqueza de seus armazéns. Também expressivo é o testemunho de Antonio Gil:

Vi pretos da Lunda em Loanda na casa de uma senhora que ao tempo era das que mais negociava para o sertão. Tinham vindo atraídos pela fama de seu negócio e suppunham-a talvez uma das grandes princezas do *Moeniputo*. Contou-me que quando chegaram se haviam prostrado diante della ao costume da terra, tributando-lhe uma espécie de adoração. Acrescentou que todos se reputavam escravos de seu dinasta, cujo poder é tão grande que não pode jamais sair do âmbito da casa em que habita, e que provavelmente não passa de vasta galeria de casas ou cubatas de palha, fechadas em torno.⁵¹

⁵⁰ É extensa a bibliografia sobre a mercadora. Citada tanto nas interpretações atuais, quanto nos relatos dos viajantes que passaram por Loanda e Angola. Além das referências nas obras já citadas de Anne Stamm, Mário António Fernandes de Oliveira, Jill Dias, Isabel de Castro Henriques, entre outros, assinala-se os estudos específicos de: LOPO, Júlio de Castro. Um rica dona de Luanda. *Portucale*, 3, 1948, 129-38; WHEELER, Douglas. Angolan Woman of Means: Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, mid-19th Century Luso-African Merchant Capitalist of Luanda, op. cit. CURTO, José. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Afro-Asia*, 33, 2005, 67-86. É de surpreender que, enquanto a figura do traficante Arsênio é marcada por tintas moralmente carregadas, as narrativas de época e mesmo a historiografia mais recente foram complacentes em relação a ela. Na documentação das comissões mistas e na base de dados sobre as viagens transatlânticas relacionadas ao tráfico, seu nome é uma impressionante constância; seu navio, por exemplo, o bergantim Maria Segunda aparece registrado em pelo menos 10 ocasiões, entre 1835 e 1846, carregando comprovadamente escravos para diferentes regiões das Américas: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, baía de Sepetiba, Ilha Grande, Cuba (Havana) e Montevidéu; a barca saía com frequência de Luanda, mas também de Ambriz, de Benguela, com escalas em S. Thomé. *The Trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 31-05-2009.

⁵¹ GIL, Antonio. *Considerações sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e systema de jurisprudência dos pretos do continente da África Occidental Portugueza alem do Equador* [...] Lisboa: Typographia da Academia, 1854, p. 14.

É preciso considerar, como demonstra Vellut, que as dinâmicas comerciais africanas eram distintas das que aconteciam nas áreas costeiras e suas regras de negociação com os mercadores estrangeiros e intermediários passavam por dispositivos da diplomacia, entre eles embaixadas, presentes e acordos imprescindíveis para o livre trânsito das caravanas e para o fluxo das mercadorias, em suas diferentes naturezas – homens e produtos.⁵² Isso não pressupõe, afirma o mesmo autor, que as sociedades africanas do interior não estivessem sujeitas às flutuações do comércio mundial.⁵³

Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo é um dos mais controversos personagens da história da sociedade luandense do século XIX; nem mesmo a historiografia atual se mostra unânime na avaliação de sua figura histórica, sendo possível observar entre os estudiosos, os seus partidários e os seus críticos, bem como aqueles que o consideram expoente de um proto-nacionalismo angolano.⁵⁴ Na época, sua trajetória foi marcada por altos e baixos. Depois de uma fase de grande proeminência política e econômica, Major das Ilhas Adjacentes à cidade de Luanda, na província de Angola (1840),⁵⁵ Coronel Comandante das províncias de Bié, Bailundo e Embo (1842)⁵⁶ e Comendador da Ordem de Cristo (1843),⁵⁷ e da Ordem da Conceição (1844)⁵⁸, cargos e honraria outorgados pela rainha D. Maria II, Arsênio de Carpo transforma-se em inimigo número um do bem público, descrito como o grande traficante de escravos nos numerosos relatórios às autoridades metropolitanas, sobretudo nos relatórios endereçados ao ministro Sá da Bandeira, que demonstrava sinais de execrar seu pretense aliado.⁵⁹ Em 1845, foi preso e depois expulso de Luanda por conta dos vínculos com o comércio dito ilícito, sendo este o primeiro ato do recém empossado governador, Pedro Alexandrino da Cunha.⁶⁰ No entanto, muito próximo a estes fatos, em 1848, o mercador reaparece pronto a executar planos destinados a viabilizar e reativar economicamente Angola por

⁵² VELLUT, J-L. Le royaume de Cassange et les réseaux luso-africains (ca. 1750-1810). *Cahiers d'Études Africaines*, 15, 57, 1975, 117-136.

⁵³ VELLUT, J-L. Le royaume de Cassange, op. cit., p. 133.

⁵⁴ É também extensa a bibliografia sobre Arsênio (um pouco maior do que a referida à dona Ana Joaquina); entre outros: PACHECO, Carlos. Arsenio Pompílio Pompeu de Carpo – uma vida de luta contra as prepotências do poder colonial em Angola, op. cit. HENRIQUES, Isabel de Castro. “Arsênio de Carpo: um agente das modificações africanas nos anos 1860”. In – *Percursos da modernidade...* Op. cit., p. 526-532; MARQUES, João Pedro. Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX. *Análise Social*, 160, 2001, 609-638.

⁵⁵ Carta Patente de 18 de novembro de 1840. IAN-TT, *Livro das Mercês D. Maria II*, v. XIII, p. 178.

⁵⁶ Carta Patente de 10 de dezembro de 1842. IAN-TT, *Livro das Mercês D. Maria II*, v. XVII, pp. 203-04.

⁵⁷ Título outorgado em 16 de março de 1843. IAN-TT, *Livro das Mercês D. Maria II*, v. XIX, pp. 108-09.

⁵⁸ Indicado pelo governador Lourenço Possolo, cf. ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51), op. cit., 329.

⁵⁹ AHU, *Sá da Bandeira, documentos*, Ordem 825; entre eles, cartas de Arsênio de Carpo ao ministro português, advertindo-o sobre várias questões: o contrabando de escravos e o de urzela, os territórios do norte de Angola, fora de controle; e finalmente, em 1851, o oferecimento de sua ajuda para o combate ao tráfico. Na fórmula de despedida “Loanda 20-5-51 Amigo muito obrigado e criado fiel Arcenio P. P. de Carpo”, a palavra “amigo” encontra-se riscada, possivelmente pelo ministro.

⁶⁰ ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51), op. cit., 330.

meio da proposta de criação de uma companhia para explorar “um caminho de ferro com carros movidos a vapor”, da cidade de Loanda até o distrito de Calumbo, bem como de “levantar nas matas do rio Quanza uma Serraria de madeira também a vapor”.⁶¹ É significativo, para o presente estudo, notar que entre os parceiros mencionados encontravam-se negociantes ingleses e portugueses, como também o Cônsul português em Hamburgo na época, André van Randvyk Schut, velho conhecido dos ofícios vindos do mesmo consulado à época de Ribeiro dos Santos, e como mostra a mesma documentação, sócio na firma Ribeiro & Monteiro. Como veremos adiante, é indicativa a eventual presença do mesmo Schut em Ambriz após a morte do comendador, sendo mencionado por Tams sem, no entanto, explicitar exatamente o vínculo que este mantinha com os negócios da casa mercantil hamburguesa. Uma evidente tentativa do escritor alemão de camuflar alguns personagens e ligações que era impossível que lhe fosse desconhecida?

É de supor que o poder de Arsênio se estendia em direção ao interior. Embora no relato de Tams não fique evidenciadas as redes mercantis e sociais articuladas por ele com as populações africanas, depois da expulsão de Luanda, em 1851, parece ter transferido a base de seus negócios para as feiras existentes na hinterlândia de Luanda ou um pouco além dela. Isabel de Castro Henriques, seguindo as indicações feitas nas obras de Henrique de Carvalho, localiza-o aí, aguardando as caravanas imbangalas de marfim, cera e borracha, em Cassange, mas especialmente em Malange, um dos principais centros de trocas do interior angolano, a partir da década da metade do século.⁶² Em outro trecho, a mesma historiadora utiliza-se de um ofício do chefe da feira de Cassange ao Governador Geral, citado também por Henrique de Carvalho, em que se noticia a passagem de uma caravana conduzida pelo “senhor comendador Arsênio Pompílio Pompeu”, composta por cerca de 800 serviçais, carregados de mercadorias – fazendas, pólvora e miçangas, estimadas em 86 contos de réis.⁶³ Por fim, no mesmo período, é destacada a participação de Arsênio na recuperação da feira de Cassange e na pacificação do comércio do interior, aparecendo ora como emissário do poder português em embaixadas, ora conduzindo presentes e realizando acordos com os jagas locais.

O estado do commercio aqui é o mais lisonjeiro possível em todo o sentido, porque os pretos estão muito submissos, não usando já das impertinências que d'antes esgotavam a paciência ao comprador: de maneira que o negociante Carvalho, que em menos de dois dias depois da sua chegada comprou sem grandes esforços para mais de mil e quinhentas libras de cêra e algum marfim, ficou admirado de assim o ter conseguido,

⁶¹ CARPO, Arsênio P. P. *Projecto d'uma companhia para o melhoramento do commercio*, op. cit.; observe-se que são fundadores da companhia: Silvano F. L. Pereira, de Londres; Arcenio P. P. de Carpo, de Loanda; A. V. R. Schut, d'Hamburgo; e Eduardo Possolo.

⁶² HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola*, op. cit. p. 528.

⁶³ Ofício de Ventura José, em Malange, 16 de fevereiro de 1864; CARVALHO, Henrique Dias de. *O Jagado de Cassange*, apud HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola*, op. cit. p. idem, p. 529.

pela experiência que tinha do modo extremamente moroso como antigamente se fazia aqui o negocio.⁶⁴

Nesta linha de raciocínio, é preciso acrescentar, no entanto, um elemento a mais que é reiterado na interpretação de Jill Dias: de que após a proibição e o efetivo estancamento do tráfico em direção ao Brasil, e pouco depois a Cuba, parte da “elite crioula” de Angola havia se movimentado em direção ao interior, agindo uma vez mais como intermediária no comércio de escravos, direcionado agora para os setores das *plantations* africanas, entre elas as grandes plantações de cacau em São Tomé.⁶⁵

⁶⁴ Ofício de José Libório, Chefe da Feira de Malange, em 1864, CARVALHO, Henrique Dias de. *O Jagado de Cassange*, apud HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola*, op. cit., p. 530.

⁶⁵ DIAS, Jill. Relações econômicas e de poder no interior de Luanda, ca. 1850-1875. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Atas da Iª Reunião Internacional de História de África*. Lisboa, ICT, 1989, p. 70.

No reino africano de Ambriz: as dinâmicas de um porto livre e a continuidade dos negócios da firma Santos & Monteiro

Entre outros aspectos, a importância da narrativa de Tams como fonte histórica deve-se ao registro que realiza de flagrantes do comércio semi-clandestino de escravos, tanto nas áreas sob a tutela e administração dos portugueses, em torno de Luanda ou nas cercanias de Benguela, Novo Redondo e Mossamedes, como também nas zonas consideradas de livre trânsito e de livre comércio, sob a autoridade das sociedades africanas. Ambriz, para onde a expedição parte depois dos entreveros em Luanda, é ponto privilegiado da movimentação registrada na primeira metade do século:

Nenhum domínio tinham os governos europeus neste território; e, por conseqüência, não havia a mais pequena restrição naquele infame trafico, tratando cada um do negócio d'escravos franca e abertamente como lhe aprazia. Estes desgraçados eram conservados nos "Kraals" dos seus possuidores até a ocasião do embarque; os quaes os mandavam para bordo de dia e de noite conforme lhes fosse mais conveniente. (*VPP*, I, 111-112)

A historiografia tem pontuado a importância crescente do tráfico de escravos nas porções norte da África centro-ocidental, áreas tributárias aos mercados e às rotas que se abriam em direção à bacia do Congo. Nesta região, os reinos de Ngoyo (e seu porto de Cabinda), Kakongo (e seu porto de Malembu) e Loango (e o porto do mesmo nome), bem como outros ancoradouros no rio Zaire, constituíam os terminais de importantes rotas africanas que se desenvolveriam ainda mais em resposta às exigências europeias e atlânticas. Zona em grande parte fora da influência direta dos portugueses, foi freqüentada por navios de todas as bandeiras, europeus e americanos que participam do comércio atlântico, desde o século XVII. Ao lado disso, as restrições impostas em razão do controle cada vez maior tanto da esquadra inglesa que policiava os mares, como também da efetivação das leis antitráfico da metrópole portuguesa, faziam com que o centro das atividades dos tumbeiros se deslocasse das áreas ao sul para uma região onde eram maiores as possibilidades de negócios.⁶⁶ A dinâmica existente nesta fração da costa norte entre os finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, o aumento do trato de escravos, bem como o de mercadorias como o marfim, carregadas nos ombros dos escravos, constituíam provas irrefutáveis de que as restrições impostas eram ações

⁶⁶ BROADHEAD, Susan. *Trade and Politics on the Congo Coast (1770-1870)*. Boston, 1971. Tese PhD, Boston University, p. IV.

unilaterais de europeus que obliteravam o fato de que as sociedades africanas eram parceiras indispensáveis, e portanto, que a cessação dos negócios da escravatura dependia de seu convencimento.⁶⁷

Nesta região, o porto de Ambriz encontrava-se articulado a um intenso fluxo mercantil orientado pelo vale do rio Loje e chamado pelos historiadores de o “corredor Ambriz”. Em sua evolução no tempo, se ao longo da década de 1770, era ancoradouro onde os grandes navios passavam ocasionalmente e que atraía os pequenos *sloopers* das embarcações ancorados em Cabinda e em Loango, a importância de Ambriz cresceu, sobretudo com a intensificação da presença francesa e inglesa a partir dos finais do século XVIII,⁶⁸ convertendo-se com isso em palco das rivalidades das diferentes nacionalidades e das firmas aí estabelecidas. Trata-se também, após a independência do Brasil, ponto preferencial de mercadores brasileiros que fugiam dos controles das autoridades de Luanda.⁶⁹

Politicamente, Ambriz constituía território sob a soberania de senhores locais, tendo sobrevivido aos ataques portugueses dos finais do século XVIII, com a vitória, em 1790, do marquês de Mossul sobre as tropas estrangeiras. Reino que manteve sua independência até a conquista pelos portugueses em 1855,⁷⁰ foi cenário de disputas entre estes e os britânicos e para as quais seria mobilizado o argumento do direito histórico dos portugueses nas áreas africanas em que sua presença havia sido secular, sobretudo a partir das argumentações dos viscondes de Sá da Bandeira e de Santarem.⁷¹ Diante deste quadro de disputas, não é de se estranhar o fato de ter sido destacada, na divulgação da obra de Tams, exatamente a presença das descrições sobre o “quase

⁶⁷ Posição manifesta, entre outros autores, por COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *L’esclavage en Afrique et l’Atlantique au XIX^{ème} siècle*, texto apresentado para discussão ao *Seminário Internacional o Século 19 e as Novas Fronteiras da Escravidão e da Liberdade*, UNIRIO, UFRJ, USP e Universidade Severino Sombra, Rio de Janeiro, agosto 2009, p. 8.

⁶⁸ BROADHEAD, Susan. *Trade and Politics*, op. cit., p. 52; MARTIN, Phyllis. The Trade of Loango in the 17th and 18th centuries. In: *Pre-colonial Trade: Essays on Trade on Central and Eastern Africa*. Centro de rivalidades entre portugueses, franceses, ingleses e norte-americanos, tal como Loango, Kakongo e Ngoyo.

⁶⁹ WHEELER, Douglas. *The Portuguese in Angola, 1836-1891. A study in expansion and administration*. Boston, 1963. PhD Dissertation, Boston University, pp. 79-82. Utilizando-se do testemunho de William Owen, em *Narrative of voyages* (1832, 2 volumes), nota que os brasileiros, após a independência, não estando mais sujeitos às leis de navegação de Portugal, freqüentam com assiduidade os portos do norte.

⁷⁰ Sobre a ocupação de Ambriz, PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola. Resistência e revolta* (1845-1914). Porto: Ed. Estampa, 1986, especialmente cap. IV.

⁷¹ Sá da Bandeira, Visconde de. *Factos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz e mais logares na costa occidental d’Africa...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1855. SANTAREM, Manuel Francisco de Barros, 2º. Visconde de. *Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territórios situados na costa occidental d’Africa entre o 5º grau e 12º e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855. Sobre a questão dos direitos históricos e sobre os viscondes: HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade*, op. cit., pp. 34-35.

desconhecido reino de Ambriz”, observada por homens como Ritter e Evans Lloyd vinculados às sociedades de geografia européias.

Logo que se aproximava da costa, foi neste trecho da viagem que Tams avistou e entrou em contato com a esquadra britânica antitráfico e com as grandes lanchas de guerra que, saídas do cruzador *Waterwitch*, faziam suas incursões em terra, muitas vezes destruindo não só os barracões dos negreiros como também as habitações dos africanos e os escravos neles guardados.⁷² Muito bem armadas com pesada munição, essas lanchas eram temidas não só pela ação contra os “traficantes d’escravatura”, mas também por conta dos excessos cometidos por suas tripulações que “surpreendiam amiudadas vezes os habitantes que viviam espalhados pela costa, apoderando-se por vontade ou por força, das provisões de que careciam”.

[...] logo depois da visita que nos fizemos, lançaram fogo a diferentes cabanas de negros; e alguns dos escravos que nelas haviam, sido alojadas se escapuliram effectivamente, mas, também o marfim que nellas existiam veio parar a bordo dos navios, talvez fosse a que os induzia mais frequentemente a tais semelhantes surpresas... (*VPP*, II, 104).

Uma vez em terra, Tams descreve a animação do porto africano, situado na embocadura do rio Ambriz, movimentado pela chegada de caravanas vindas do sertão remoto, carregadas de mercadorias que abarrotavam os armazéns: dentes de elefante e de hipopótamo, gomas e ceras em quantidade que lhe surpreenderam. Na região portuária, identifica os armazéns dos mercadores europeus, chamados de *Kraals*, sendo três deles de portugueses, três americanos e um brasileiro, servidos por cerca de 150 a 200 pessoas, na maioria africanos livres – bases de grandes casas comerciais da Europa, da América ou mesmo de Luanda.⁷³ Seu relato enfatiza a dominância do comércio de escravos, nesta região – “o commercio da escravatura era o único de que aqui se tratava” (*VPP*, II, 111) -- embora verifique algumas exceções. Entre elas “se achava incluída a casa do senhor Ribeiro dos Santos, que havia ali estabelecida há alguns mezes; e em que só o escambo com o marfim lhes produzia grandes resultados”. (*VPP*, II, 113)

Nos mesmos armazéns, o médico encontra ainda um individuo de língua alemã, ao qual chama de Schulz (traduzido nas versões inglesa e portuguesa de Schultz), natural de Sttetin, que segundo Tams, “achava-se neste paíz tratando dos negócios da sua casa” (*VPP*, II, 112) e que havia percorrido já outros trechos da costa africana (Loanda, Benguela, Novo Redondo). Ainda no âmbito das significativas coincidências que aponto neste ensaio, é possível cogitar ser ele o mesmo vice-cônsul, ou cônsul em Hamburgo depois da morte de Ribeiro dos Santos, ou um parente seu com um sobrenome muito

⁷² Na historiografia sobre o tema, a narrativa de Tams é largamente utilizada para documentar a atuação da esquadra, comandada pelo navio *Waterwitch*, bem como as ações de suas tripulações em terra e os incêndios indistintos dos barracões. PIRES, Ana Flávia C.. *Tráfico ilegal de escravos*, op. cit., p. 89-91.

⁷³ BROADHEAD, Susan. *Trade and Politics on the Congo Coast*, op. cit, p. 144.

similar. Este fato e depois os acordos que a comitiva realiza com o dirigente do reino de Ambriz, indicam, na perspectiva desenvolvida, a continuidade da expedição e dos negócios que a firma Ribeiro & Monteiro, mesmo com a morte de seu chefe, faz questão de manter. Além disso, foi possível comprovar a estreita relação entre Schut e Ribeiro dos Santos, sendo ele um dos sócios da casa comercial de Altona, aparecendo como o responsável pelo processo de acertos da firma com os credores, em 1842, antes de ser oficializado como cônsul português no reino da Dinamarca, junto ao cargo que já ocupava, em Hamburgo, desde a morte de Ribeiro dos Santos.⁷⁴

No que diz respeito à viagem, foi esta uma das raras ocasiões em que o médico se deslocou da costa para visitar regiões ao interior, tendo oportunidade de descrever com minúcias o reino africano de Ambriz e a recepção dada aos europeus na capital, Quibanza, localizada há cerca de três léguas da costa. Nesta excursão, Tams entra em contato direto com grupos africanos que não viviam diretamente em contato com os portugueses. Avalia seus usos e costumes; as formas de habitação e recolhe apetrechos e imagens, que segundo Beatriz Heintze, seriam levadas por ele para a Europa – cestos, pentes, peças de vestuário, adornos e feitiços – e mais tarde depositadas no Museu de Etnologia de Leipzig, na Saxônia.⁷⁵

Obtive, pois, bastantes arcos, setas, e algumas azagaias de ferro, ornadas na parte inferior com cabelo de cabra, algumas cacheiras de pão pesado, bastantes lanças de sete pés de comprimento, pouco mais ou menos, duas adagas, e um sabre muito bem acabado, dum negro de S. Salvador. (*VPP*, II, 130).

O médico considera os negros de Ambriz de “inteligência superior” em comparação aos demais grupos e da mesma forma que aos de Cabinda, atribuía isso ao estado político e moral destes povos, como também ao fato de que estarem afastados dos missionários portugueses. Uma prova desta superioridade era o fato de não serem observadas nos seus corpos as incisões características dos demais grupos africanos, como veremos na próxima seção deste ensaio.

Na oportunidade da visita, Tams descreve a corte de D. André, o dignitário do reino, observando atentamente suas vestimentas, algumas delas nitidamente de origem européia, e suas insígnias: “um bastão de cana cravejado de reluzentes cabecinhas de pregos de cobre” e um barrete, segundo o médico, a parte mais jocosa de seu equipamento: feito de esteira, cheio de pregas e que se acomodava mal à sua cabeça. Em torno do rei, encontravam-se seus principais colaboradores, chamados de *mafooks*, representantes do rei nas negociações com os mercadores e figuras importantes na

⁷⁴ AHD, Lisboa, *Legação de Portugal em Copenhagem*, pasta 1843, nas discussões em torno do reconhecimento de André van Randyk Schut como cônsul português em Hamburgo, no ofício de 17 de Janeiro de 1843 ao Ministro de Estado dos Negócios estrangeiros constava que: “o Chevalier A. van Randvyk Schut que depois do falecimento do Me. dos Santos se apresenta como o único chefe da casa de comercio deste nome, mas foi obrigado a ceder a administração aos comissários e a lhes confiar um acordo com os credores”; com cópia de um ofício da mesma legação, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, de dezembro de 1842.

⁷⁵ HEINTZE, Beatrix. Georg Tams, in: *Exploradores alemães em Angola*, op. cit, p. 1.

intermediação relativa ao porto, uma vez que ao rei era interdito a visão do mar.⁷⁶ Enumera ainda alguns dos presentes que lhe haviam sido trazidos de Hamburgo, entre eles “botas russianas pomposamente bordadas” que, combinadas com uma certa nudez, davam-lhe uma fisionomia ridícula. No entanto, em pese tais observações, tudo indicava relações amistosas e o reconhecimento mútuo de autoridades. Em determinado momento do encontro, o rei indagou sobre a doença que havia tirado a vida de Ribeiro dos Santos e lamentou sua morte.

Subjacente a todo o cerimonial de recepção na corte de D. André, descrito por Tams, fica clara a intenção de estabelecer um acordo político que reconhecesse o direito da casa de Ribeiro de Santos de comercializar no porto de Ambriz. Nestas conversações, os agentes da firma hamburguesa prometiam observar restritamente as leis e os costumes do país, em troca de proteção, comprometendo-se a pagar as multas no caso infrações. E aqui fica mais claro ainda a continuidade dos interesses africanos da firma Santos & Monteiro, explicando possivelmente a presença de um de seus sócios, o mencionado vice-cônsul e sócio da firma de Altona, A. Schut.

⁷⁶ Tal como ocorre em outros reinos, sobretudo quando suas capitais localizam-se no interior; essa interdição foi verificada no reino do Congo, como também nos costumes do reino de Abomey, cf. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *L'esclavage em Afrique et l'Atlantique au XIX^{ème} siècle*, op. cit., p. 5.

Epílogo: José Ribeiro dos Santos e os desafios à Coroa

Nas considerações feitas neste ensaio tem sido possível reavaliar o empreendimento e as intenções de negócio de Ribeiro dos Santos, informados somente em parte pelo texto de Georg Tams. A princípio, é possível afirmar que a intensificação do comércio pretendido entre a costa da África e as cidades do norte europeu, bem como a das relações entre Lisboa e os portos hanseáticos foram metas do consulado de José Ribeiro dos Santos, tal como se encontram reveladas na documentação diplomática referente a ele, e na correspondência assídua que manteve com os Ministros dos Negócios Estrangeiros, entre eles o visconde de Sá da Bandeira. Sua obra *Traite du Consulat*, publicada em Hamburgo em 1839, sistematizava além das regras que ele considerava substantivas para o exercício das atividades dos emissários portugueses no exterior, suas funções como porta-vozes dos interesses mercantis da Coroa, como representantes judiciais nas querelas que envolviam os portugueses residentes nos locais em que serviam e, na época em questão, os responsáveis em promover o combate ao tráfico de escravos.

Em vários sentidos, a atuação de Ribeiro dos Santos era exemplar. Durante sua gestão preocupava-se com a situação política dos países da Europa e com a de Portugal, envolvia-se nas lutas travadas na metrópole, representava os direitos de Portugal em conversações com a diplomacia britânica, lutava em pró os direitos preferenciais que seu país natal, do qual era fiel servidor, poderia obter nos portos em que atuava.⁷⁷ Controlava o movimento dos navios de bandeira portuguesa, assistia a naufragos portugueses e também acompanhava processos ruidosos nos tribunais locais sobre a suspeição de tráfico de escravos, uma vez que as cidades hanseáticas haviam igualmente assinado tratados antitráfico com a Grã-Bretanha.⁷⁸ E, após estes embates nos tribunais locais, abrigava os tripulantes portugueses envolvidos nos processos em suas próprias embarcações.

Quanto ao comércio africano, a grande meta do final de sua vida, pode-se afirmar, ao fim de tudo, seus horizontes eram sem dúvida mais amplos do que o trato da escravatura contra o qual por vezes se manifestara. As mercadorias que seus navios portavam eram

⁷⁷ Cf. AHD, Lisboa. *Consulado em Hamburgo*, Caixa 487, 1833-1859, onde se concentra a documentação referente a seu consulado.

⁷⁸ LAUDRY, Herral. Slavery and the Slave Trade in Atlantic Diplomacy, 1850-1861. *The Journal of Southern History*, 27, 2, may 1961, 184-207. HILL, Lawrence. The Abolition of the African Slave Trade to Brazil. *HAHR*, 11, 2, 1931.

escolhidas ao gosto das sociedades africanas, mas também atendiam as necessidades das populações de origem europeia estabelecidas nas cidades luso-africanas. Isso explicava em parte suas ligações com os negociantes mencionados por Tams, uma vez que com tecidos, miçangas, bebidas e armas, vindas do norte da Europa e de Portugal, comprava-se indistintamente marfim, escravos, cera, urzela e óleos. Além disso, dependendo do produto que se pretendia negociar nesta troca, os locais de obtenção poderiam ser os mesmos.

A razão de uma espécie de semi-clandestinidade que o empreendimento de Ribeiro dos Santos deixava transparecer – mesmo quando, em sua narrativa, Tams de alguma forma omite detalhes –, e que aproximava a expedição em muito das transações dos mercadores negreiros, tornou-se relativamente mais clara quando, entre a correspondência proveniente de Luanda e dirigida à rainha e ao Ministério dos Negócios do Exterior, ficou patente a intenção firme do comendador em comercializar uma matéria prima cuja importância era crescente nas indústrias têxteis da época: a urzela. Em ofício dirigido por ele à D. Maria II, como também ao Conselho de Governo sediado em Luanda, nos inícios de novembro de 1841, Ribeiro dos Santos requeria com firmeza a liberação de seus navios, parados no porto, carregados deste produto que pretendia transportar para Londres.⁷⁹

Tal como outras mercadorias do escambo africano, a urzela,⁸⁰ utilizada na tintura de tecidos, sobretudo nas indústrias têxteis inglesas e holandesas, constituía exclusivo da coroa desde cerca de finais do século XVIII,⁸¹ sendo autorizada sua exportação, a partir de 1837, em navios portugueses para portos portugueses. Ao contrário de outros gêneros como o marfim e a cera, cuja comercialização havia sido liberada nos anos de 1830, ainda eram mantidas interdições ao comércio da urzela. Sua importância vinha sendo apontada desde a época pombalina, como um dos produtos que poderia dinamizar as relações econômicas entre Portugal e suas conquistas. Referia-se à importância de sua exportação João da Silva Feijó, em suas memórias à Academia de Ciência de Lisboa.⁸² Mais tarde, em Angola, parece ter sido re-descoberta como produto comercialmente

⁷⁹ AHU, SEMU, DG, Correspondência de Angola, Ordem 594, Ofício do comendador José Ribeiro dos Santos, em 2 de novembro de 1841.

⁸⁰ “O que vulgar e mercantilmente se chama urzela, é a fécula roxa que se prepara de duas espécies de líquenes, a qual dissolvida em água quente, dá na tinturaria grande número de cores de mais ou menos estimações [...] a melhor e mais estimada é a que se prepara em Inglaterra, Itália, e ainda na mesma França, e Holanda, com a verdadeira erva urzela das ilhas do arquipélago, Canárias, Cabo Verde etc. e por isso conhecida por esses nomes. E mais adiante: conhecida com o sistema de Lineu com o nome de LICHEN ROCCELLA... cresce pelos rochedos os mais áridos e expostos de ordinário aos vapores do mar, em muitas ilhas, como são as do arquipélago do Levante, as das Canárias, Madeira, Porto Santo, Açores, e as de Cabo Verde, onde se acha em abundância. FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a urzela de Cabo Verde. In: --- Ensaio e memórias econômicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó. Apresentação e comentários de António Carreira. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1986.

⁸¹ FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a urzela de Cabo Verde, op. cit., p. 40.

⁸² CARREIRA, Antonio. *As companhias pombalinas do Pará e do Maranhão, e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa, Editorial Presença, s.d, p. 201.

viável em torno de 1838, quando um relatório do governo colonial observava a enorme disponibilidade do musgo em toda a província.⁸³ Tempos depois, seria também matéria destacada por Arsênio de Carpo quando, em correspondência ao visconde de Sá da Bandeira, datada de maio de 1851, propagava a necessidade de uma rápida anexação de Ambriz em razão dos depósitos do produto que poderiam ser lá encontrados. Segundo ele, seria esta a forma mais adequada de contornar tanto a resistência dos habitantes desta região em explorar a urzela, uma vez que “os pretos daquelle lugar dizião que aquele musgo era feitiço que sendo tirado das arvores, nunca mais desembarcavão escravos”, quanto de coibir a presença constante de navios estrangeiros empenhados em sua comercialização:

Já que Francezes e Hamburguezes ali vem direitos tomar a nossa urzella a frete e levao a Londres [...] O movimento é grande, e seguro, tudo trabalha por ter urzella, marfim, azeite, gomas, café, tabaco, e mil outros gêneros do país, já [que] a 7 meses que não se fala de hum embarque de escravos”.⁸⁴

Na missiva em que se oferecia como aliado a quem chamava de o “Campeão da África”, defendia a posição de que urgia apoderar-se dos territórios ao norte para livrar a província de Angola de sua situação de penúria, em grande parte decorrente do final do tráfico de escravos que então já era uma realidade.

Com relação ao cônsul, embora representante de Portugal nas cidades do Elba e do Báltico, amigo pessoal de Sá da Bandeira e mantendo relações estreitas com a rainha, encontrava-se constrangido pela Coroa em seus objetivos maiores e exatamente por isso, mostrava-se disposto a atuar fora de suas determinações. Contando com o beneplácito do governo de Luanda, infringiu regras e compartilhou com os negreiros a habilidade na burla e nos subterfúgios, bem como a preferência por locais em que a ingerência fiscal portuguesa não se fazia presente. É quase certo que, mais tarde, a retirada da expedição em direção à Ambriz estaria relacionada a isso. Em ofício dirigido à rainha, em novembro de 1841, chegava a intimar a figura real:

Por sua justiça e amor pelo bem do paiz, a que tanto serviços há feito, não houver por bem suspender o embargo da urzella, terei de dar a vella para Ambriz e outros lugares independentes vizinhos, para alli vender e trocar os carregamentos de meus navios – Vasco da Gama, Camões, Sultana, Georgina, Esperança e Marianna Hedwiges, e perderá assim o Erario o direito que eu teria a pagar como acima deixo dito, alem d’elle mais o da sahida da urzella. V. Excia ordenará o que em sua sabedoria julgar conveniente. Assinado: o Cons^o José Ribeiro dos Santos.⁸⁵

⁸³ HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade*, op. cit., p. 558.

⁸⁴ AHU, Sá da Bandeira, *Documentos*, ordem 825, pasta sem número: Carta dirigida ao visconde de Sá da Bandeira, 20 de maio de 1851, por Arsênio Pompeu Pompílio.

⁸⁵ AHU, SEMU, DG, *Correspondência de Angola*, doc. Cit.: Ofício do comendador José Ribeiro dos Santos, em 2 de novembro de 1841; e cópia da Acta da Sessão do Conselho de Governo, de 8 de novembro de 1841 e 15 de novembro de 1841.

Alguns dias depois, contrariando as determinações da Coroa, e em troca dos direitos relativos à exportação, o Conselho de Governo dirigido pelo governador Manuel Eleutério Malheiro liberou os navios carregados de urzela em direção a Londres. A condenação deste ato veio a seguir: em ofício de S.M., D. Maria II, datado de 12 de junho de 1842, a rainha condenava o flagrante desrespeito ao decreto de 17 de janeiro de 1837, exigindo a retratação dos envolvidos e o depósito nos cofres da coroa do valor recebido pelo ato de desacato.⁸⁶

No entanto, numa realidade marcada por intensas transformações, em época muito próxima à do incidente, caía também tais interdições, motivada substancialmente, pela crescente importância das exportações de urzela entre os anos de 1838 a 1841. Como porta-vozes destes interesses, os mercadores de Luanda, entre eles D. Ana Joaquina dos Santos Silva, foram signatários de um requerimento pedindo que lhes fosse concedido o direito de “exportar para portos estrangeiros [...] até 30 mil arrobas de urzella”, evitando o empate e o estrago do produto que então ocorria com frequência.⁸⁷ Assim, na liberação do comércio africano nas áreas de presença lusa, as preocupações dos mercadores de Luanda e de Benguela coadunavam-se à pressão indiscutível das sociedades africanas envolvidas com o comércio da cera, do marfim e da urzela e encontravam ecos nos interesses maiores dos mercadores atlânticos, europeus e americanos.

⁸⁶ AHU, SEMU, DG, *Correspondência de Angola*, Ordem 597. Ofício de S. M. ao Conselho, em 12 de julho de 1842, reprovando o desrespeito ao Decreto de 17 de janeiro de 1837 que permitia somente aos navios portugueses a exportação da urzela a portos portugueses.

⁸⁷ Requerimento dirigido pelos Negociantes de Loanda, “pedindo a Exportação da Urzella para portos estrangeiros, em navios estrangeiros e nacionaes”, Luanda 1 de outubro de 1848. Apud: SANTOS, José de Almeida. Reflexos do decreto de Sá da Bandeira proibitivo do tráfico da escravatura. *Trabalho – Boletim do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social*, n. 38, 2º trimestre. Luanda, 1972, 105-107.

Anexo 1
Tracrição manuscrita do artigo extraído do *London Journal of Commerce*, de 7 de Agosto de 1841.⁸⁸

Another Step in the Portuguese Slave-Trade

The cause of National interest, as well as of humanity, is involved in the exertions of Great Britain to suppress the slave trade. It is in vain to except that our tropical colonies can ever successfully compete with Cuba or Brazil, if these countries are to be with slave labour from Africa supplied, as they are now. It is idle to be continually repeating the iron out saw that free is cheaper then slave labour. The assertion is utterly unfounded, free labor is only cheaper than slave trade where there is plenty of it. But the slave labour of Cuba and Brazil is cheaper than the free labor of the British West Indies, because in the latter there is a suficiency in the supply of free labor.

The emancipation of the slaves in the British Colonies has given a greater stymilus to the slave trade than any event within the last half century. The past and direct wrongs committed by Great Britain on Africa can never be fully atined for; it is her bounden duty, therefore, to do that is her lies to abbreviate the present the future misery of that continent.

We are led to these remarks by the following extracts of a letter from Demarks, under date of July 9 (1841). The Portuguese Charge of Affairs at Altona, named Jos [sic] Santos, has dispatched a fleet of 5 well manned Danish ships, equipped at his own expense, to the coast of Africa, under the pretext of taking possession of an Island given him by the queen of Portugal; but our private suspicions have been aroused by the formidable arraying of his ships and the expense that has been incurred, as also by the privacy that has been observed as the proceedings of the whole gang. Would any information from us tend to desire the good cause, nothing would be more gratifying to our feeling than to see their nefarious tricks frustrated. Jos. Santos, we suspect, is an old practitioner at this trade, as he has realized a large fortune, and this equipment ale cost him approvers of L 30 000. There are no passengers nor yet merchandise on freights account; but more than a full complement of men, with doctors handsomely paid, and bound down to secrecy. The ships sailed from Altona 10 days ago.

This Jos. Santos has, for many years been the most extensive and notorious slaver in existence. He supplies Brazil whole sale with labor of slaves, and makes an annual voyage to the ports of that empire to collect the unhallowed and accursed proceeds of

⁸⁸ AHD, Lisboa, *Consulado de Hamburgo*, Caixa 487, 1833-1859 pasta 1841, officio n. 10 de Andre van Randvyk Schut.

his sales of human flesh. He sells his fellow creatures, torn by violence from their homes, for cargoes of sugar and coffee with her imports into Hamburg, Trieste and even London. He does not carry on his nefarious and wicked proceedings by health; he does not hide his diabolical lights under a bush, in the face of open day he fits out a fleet of slave ships in the heart of Germany; he dares to disgrace that great highway of Germany commerce – the Elbe – by arraying with irons, chains, and other slaving implements, “five well manned Danish ships, “ he fits them “with doctors handsomely paid”, and he does not take the broulle to conceal their destination “the Coast of Africa”; - fatal words”; they involve the death or slavery of at least two thousand human beings. This Santos brings dishonors on several commercial cities of Europe, by having establishments or agencies in all the large German marks of commerce; and it is added, let us trust falsely, he is not without confederates and accomplices in London.

This demonical merchant is wealthy; he is about to take possession of an island given him by the queen of Portugal. If this gift be really made, it is worthy of the Monarch of an Nation of Slavers – of a people who have not the poor excuse of temptation to supply their own rich and productive colonies with slave trade but who have voluntarily taken upon themselves the occupation of men stealers. We cannot separate the Portuguese nation from the Portuguese slavers – public opinion in Portugal sympathizes with these infernal proceedings, the Portuguese government has refused to concede to Great Britain the powers to suppress this trade, known as the equipment clauses; and, oh shame! The British Minister at Lisbon, Lord Howard Dewalden, discomposed the British character by drawing at the argument to be used by the Portuguese Minister as justification of this refusal and Lord Palmerston so little respect the opinions and feelings of his countrymen as to pass over so grave an offense unnoticed and uncensored.

It is, we are informed, no false statement that is this made by Santos. He has, we are informed, bought of the queen of Portugal an island on the western Coast of Africa. Where? Why, between Fernando Po and Annabon, in the Bight of Biafra, about to be ceded by Spain to Great Britain; it is either the island of St. Thomas, or Prince’s Island. Thus, while the British nation is purchasing two depots at the mouth of the Niger, for the purpose of suppressing the slave trade, a private Portuguese slaver bribes from his Queen the cession of an island at the outlets of that highway to the centre of Africa, as a spot whence to extend his dealings in African flesh. Why England tolerate such a proceeding? Are all our efforts to rid humanity of its blackness crime to be thus counteracted? Scarcely ten years have elapsed since the caring of the Landers opened to Europe the means of recompensing Africa for some of the evils which her previous knowledge and intercourse had inflicted on that continent. Scarcely has England had time to take advantage of a discovery as important to humanity as that of the course

of Mississippi or La Plate, when this Jos Santos interposes, and attempts to divert the great geographical fact into a curse, for his own private advantage.

Though a daring, Santos is a prudent man; these five well manned Danish ships will not on their arrival at this island, actually engage in the slave trade. They will there be joined by his Brazilian fleet, which will have sailed lights. The Danish ships will transfer their cargoes and doctors handsomely paid to the vessels from Brazil; and the latter will proceed along the coast to the south, to take as many human beings as their cottons, their hardware, and spirituous liquors will purchase, or as the success of the African coadjutor in crime, whom they have corrupted, will permit. They will then crowd all sail for Brazil, throwing overboard the corpses of such of their victims as perish in the middle passage. Some of the vessels will, in all probability escape from the vigilance of the British Cruisers; and should any be taken and carried before the Court of Mixed Commission at Rio, they will not be without assistance in that Tribunal, for there it is said one of the British Commissioners is remarkably successful in meaning the time of his country by discovering pettifogging loopholes through which the slave vessels may be driven inhumed, once more to pursue their disgusting trade.

We comment this statement, which may be relied on, to the consideration of Lord Palmerston and of the British Admiral. And at the same time we may inquire of the latter department whether the rumors in circulation, that commander Dennann of the Wanderer, has been reprovved for the manner in which in the early part of this year, he destroyed the Spanish Slave factories on the river Gallinas, be true?

[Está conforme, Hamburgo em 31 de agosto 1841. Ass: A. v. R. Schut.]